



**Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade -**  
**PPGCS**

SIRLEIDE SANTANA ROCHA

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**  
**TERRITORIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PARQUE NACIONAL DO**  
**DESCOBRIMENTO, BA**

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2023

SIRLEIDE SANTANA ROCHA

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
TERRITORIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PARQUE NACIONAL DO  
DESCOBRIMENTO, BA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof. Dr. Frederico Monteiro Neves

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

2023

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)**  
**Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

R672u Rocha, Sirleide Santana, 1995-

Unidades de conservação e sustentabilidade territorial : uma análise a partir do Parque Nacional do Descobrimento, BA. / Sirleide Santana Rocha. – Teixeira de Freitas : UFSB, 2023. - 103f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire, Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial, Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade, 2024.

Orientador: Dr. Frederico Monteiro Neves.

1. Áreas de conservação de recursos naturais – Parque Nacional do Descobrimento (Prado : BA). 2. Reservas florestais - Sustentabilidade. 3. Biodiversidade – Aspectos sociais. I. Título. II. Neves, Frederico Monteiro.

CDD – 333.72

**Elaborada por Raquel da Silva Santos – CRB-5ª Região/ 1922**

SIRLEIDE SANTANA ROCHA

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE  
TERRITORIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PARQUE NACIONAL DO  
DESCOBRIMENTO, BA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof (a) Dr. Frederico Monteiro Neves


Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 26/ setembro/ 2023.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Dr. André de Almeida Rego  
Universidade Federal do Recôncavo da  
Bahia - UFRB

 Documento assinado digitalmente  
FREDERICO MONTEIRO NEVES  
Data: 27/01/2025 08:57:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**ORIENTADOR**  
Dr. Frederico Monteiro Neves  
Universidade Federal do Sul da Bahia



---

Dr. Márcio Soares Santos  
Universidade do Estado da Bahia -UNEB

 Documento assinado digitalmente  
PAULO DIMAS ROCHA DE MENEZES  
Data: 04/10/2023 13:07:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr. Paulo Dimas de Menezes  
Universidade Federal do Sul da Bahia -  
UFSB

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2023

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser a base da minha existência, autor do meu destino, por me sustentar quando humanamente não foi possível continuar, a minha mãe por acreditar e torcer por mim e as minhas amigas que disponibilizaram a escuta incansável e apoio para os dias não tão felizes.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que ouve e responde às minhas orações, que fortalece a minha fé, que protege e ilumina o meu caminhar.

Agradeço a mim, por não desistir, por ser a principal pessoa a acreditar nos meus sonhos.

Agradeço ao meu orientador, Frederico Monteiro, pela confiança e por aceitar meus envios de textos no feriado ou aos finais de semana.

Agradeço ao amigo Paulo Afonso pela construção conjunta do cap. I desta dissertação.

Agradeço aos membros do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento pela disponibilidade de participar da pesquisa.

Aos funcionários do Departamento que de forma direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação até aqui.

Agradeço à minha mãe e à minha família por entenderem a minha ausência. Fiz por mim e por todas as mulheres que me antecederam e não tiveram a mesma oportunidade.

Agradeço à minha amiga-irmã Elena Luísa, por compartilhar comigo os sentimentos mais genuínos que a nossa amizade proporcionou.

Agradeço à Conceição, minha professora de biologia, que me inspirou a seguir os meus sonhos, gratidão por sua amizade, amor e torcida, te amo.

Agradeço às minhas amigas, em especial à Tainá, Bárbara, Berna, Cida, Josângela, Taciana, pela escuta e incentivo nos momentos em que me encontrei desmotivada.

A todas as pessoas que sempre estiveram torcendo por mim.

"Pois onde estiver o amor, ali estará também o nosso coração" -

Lucas 12:34

## RESUMO

As primeiras Unidades de Conservação (UC) foram criadas sob os pilares do mito da natureza intocada, tendo servido como modelo para as UCs ainda hoje internacionalmente. Em muitos casos, o direito ao uso dos recursos naturais e da terra foi negado às comunidades que residiam em seu interior, provocando intenso processo de desterritorialização. No Brasil, a primeira UC foi criada no ano de 1937. A lei federal no. 9.985, decretada e sancionada em 18 de julho de 2000, definiu formalmente as categorias de UC, incluindo aquelas de proteção integral e as de uso sustentável. Muitos conflitos ambientais surgem das diferentes compreensões sobre as formas de ocupação dos territórios, incluindo a implementação de UCs. O Parque Nacional do Descobrimento é uma UC de proteção integral, localizada numa região que apresenta expressiva diversidade biológica de Mata Atlântica, além de diversidade sociocultural, especialmente grupos indígenas e quilombolas, o que já gerou conflitos na área desta UC em anos recentes. Esta dissertação teve por objetivo avaliar a efetividade de gestão do Parque Nacional do Descobrimento (PND) sob o enfoque da sustentabilidade territorial. Para isto, adaptou-se a metodologia *Management Effectiveness Tracking Tool*, desenvolvida pela IUCN, para o contexto do sul da Bahia. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais com integrantes do Conselho Consultivo da UC, pesquisa bibliográfica e documental, além de anotações de campo e registro fotográfico das áreas da UC. O PND apresentou um índice alto de efetividade de 61,90%. Foi possível compreender a execução do SNUC na região sul da Bahia, além de qualificar a gestão do Parque Nacional do Descobrimento, fornecendo subsídios para ampliar e fortalecer ações de conservação da sociobiodiversidade regional, de para contribuir para uma sustentabilidade territorial regional.

**Palavras-chaves:** Unidade de Conservação. Efetividade de Gestão. Conflitos Socioambientais. Sociobiodiversidade.



## ABSTRACT

The first Protected Areas (AP) were created under the pillars of the myth of untouched nature, having served as a model for the UCs even today internationally. In many cases, the right to use natural resources and land was denied to the communities that resided in its interior, causing an intense process of deterritorialization. In Brazil, the first CU was created in 1937. Federal law no. 9,985 formally defined the UC categories, including those of integral protection and those of sustainable use. Many environmental conflicts arise from different understandings about the forms of occupation of territories, including the implementation of CUs. The Parque Nacional do Descobrimento is an integral protection UC, located in a region that presents significant biological diversity of the Atlantic Forest, in addition to sociocultural diversity, especially indigenous and quilombola groups, which has already generated conflicts in the area of this UC in recent years. The aim of this dissertation was to evaluate the effectiveness of Parque do Descobrimento management from the perspective of territorial sustainability. For this, the Management Effectiveness Tracking Tool methodology, developed by the IUCN, was adapted for the context of southern Bahia. Data collection was carried out through individual interviews with members of the CU's Advisory Board, bibliographical and documentary research, in addition to field notes and photographic records of the UC's areas. The PND had a high effectiveness rate of 61.90%. It was possible to understand the implementation of SNUC in the southern region of Bahia, in addition to qualifying the management of the Parque Nacional do Descobrimento, providing subsidies to expand and strengthen actions for the conservation of regional socio-biodiversity, in order to contribute to a more sustainable regional territorial development.

**Keywords:** Conservation Unit. Management Effectiveness. Social and Environmental Conflicts. Sociobiodiversity.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL .....	11
2. OBJETIVO GERAL.....	19
2.1 Objetivo específico.....	19
3. CAPÍTULO 1: Efetividade de Gestão no Parque Nacional do Descobrimento, Prado, Bahia, Brasil.....	20
1. Introdução.....	20
2. Materiais e Métodos.....	23
3. Resultados e Discussão.....	27
4 Considerações Finais.....	36
5 Referências.....	33
4. CAPÍTULO 2: Unidades de Conservação e Sustentabilidade Territorial Regional: Uma análise a partir do Parque Nacional do Descobrimento, Bahia, Brasil.....	43
1. Introdução.....	44
2. Metodologia.....	47
3. Resultados.....	51
4. Discussões.....	59
5. Conclusão.....	66
6. Referências.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
6. REFERÊNCIAS .....	73
ANEXOS.....	78

## 1. INTRODUÇÃO GERAL

A criação de Áreas Protegidas (AP), tem sido utilizada mundialmente como um importante instrumento para a conservação da biodiversidade. Em um cenário em que estes territórios não existissem a perda de biodiversidade, por certo, seria globalmente ampliada. As Metas de Biodiversidade de Aichi estabeleceram que, até o ano 2020, 17% das áreas terrestres e águas continentais e 10% das áreas marinhas e costeiras do planeta deveriam estar sob algum regime de proteção (UNEP; WCMC; IUCN; NGS, 2018). Quanto a esse compromisso, o Brasil estabeleceu metas ambiciosas, como conservar pelo menos 30% da Amazônia, 17% dos demais biomas terrestres e 10% das áreas marinhas (BARRETO DE OLIVEIRA, 2023). Todavia, até aqui o país não conseguiu alcançar o esperado, e os resultados efetivamente ocorrido de forma desigual entre os diferentes biomas nacionais. Por outro lado, houve um avanço significativo na criação de APs brasileiras.

A criação de Unidades de Conservação (UC) por si só não é garantia de proteção ambiental (ARAUNA & DE OLIVEIRA SOARES, 2017). O aumento do número de UCs não significa obrigatoriamente o aumento da conservação dos recursos naturais, já que esse aumento também contribui para maiores e mais complexos desafios gerenciais nessas áreas (PADOVAN, 2001). “A facilidade para criar UC é compatível com a dificuldade de dotar essas áreas de pessoal, orçamento e infraestrutura” (OLIVEIRA, 2020).

Muitas UCs não possuem as condições mínimas para haver uma gestão efetiva e capaz de cumprir os objetivos estabelecidos para sua conservação. É possível haver deficiências quanto aos recursos financeiros, físicos e profissionais, fatores estes que implicam diretamente no bom funcionamento da UC (COSTA, 2013).

Além das potenciais debilidades internas à gestão da UC, existem riscos adicionais externos, que de acordo com Faria (2004), dentre os riscos à gestão eficaz estão as questões fundiárias mal resolvidas, a delimitação indefinida da área da UC e a ocorrência de eventos de perda de área. Há também problemas relacionados a caça, contrabando, pesca ilegal, invasões das áreas da UC, extração madeireira, embates sociais, pouca fiscalização, orçamento escasso, dentre outros problemas. É fácil perceber que as adversidades fazem parte do contexto institucional das UCs (TERBORGH & SCHAİK, 2002).

O marco inicial dos primeiros conflitos socioambientais em UCs foi em 1872, e ocorreu nos Estados Unidos, quando surgiu a primeira UC do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone. Fundamentado em ideais preservacionistas, era caracterizado pela proteção exclusiva dos recursos, onde se ignorou e negligenciaram-se as relações humanas que já coexistiam naquele território, provocando intenso processo de desterritorialização (DIEGUES, 2000).

Somente com o avanço das noções sobre desenvolvimento sustentável, que culminaram com as discussões ocorridas na Rio 92<sup>1</sup>, que se admitiu a importância e necessidade das interações entre as sociedades e as UCs (BOEIRA, 2003). É nesse período que as preocupações com o processo de desterritorialização provocado pelas UCs ficaram mais evidentes, ressignificando ou agregando aos objetivos da criação de UCs o objetivo de elevar a qualidade de vida da população, visando também reconhecer os direitos e a valorização social, cultural, econômica e espiritual das comunidades tradicionais (VALLEJO, 2002).

Conforme a lei brasileira, as UCs são categorizadas em “Unidades de Uso Sustentável” (UUS) e as “Unidades de Proteção Integral” (UPI). A política nacional de gestão e implementação das UC é feita por meio de um conjunto de legislações, dentre elas o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, instituído pela Lei n.º 9.985/2000, que regula o uso sustentável dos recursos naturais ao nível de subsistência para as UUS, e delimita o uso das UPI somente para atividades relacionadas ao turismo ecológico, pesquisa e contemplação, como ocorre nos Parques Nacionais (SNUC, 2011). A presença das populações tradicionais não é admitida no interior das UPI, o que tem gerado grandes debates e conflitos entre grupos que adotam posicionamentos mais preservacionistas em relação aos grupos denominados etnoecologistas ou socioambientalistas (VALLEJO, 2002).

Os Parques Nacionais são vistos e aceitos pelo mundo como importante medida de proteção ambiental. Reservar áreas com grande importância ecológica sem a presença humana, onde só são permitidas atividades de educação ambiental, turismo ecológico e estudos científicos, é uma tentativa de conter a crescente degradação dos recursos naturais. Contudo, diversas problemáticas surgiram subsequentemente a implementação desse modelo, como a realocação de comunidades humanas, intensos processos de desterritorialização e situações fundiárias indefinidas. No Brasil, uma gama de conflitos socioambientais emerge em

---

<sup>1</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro no ano de 1992. Conhecida como Eco-92, a Conferência reuniu 170 Estados-nação, que resultou na elaboração da Declaração do Rio, da Declaração das Florestas, Agenda 21, além da Convenção sobre Diversidade Biológica e da Convenção sobre Mudanças Climáticas.

decorrência da sobreposição territorial, ou seja, do estabelecimento de UCs em territórios anteriormente ocupados e potencialmente geradores de conflitos (SILVA, 2010; ACSELRAD, 2004).

A história ambiental mostra que a exploração da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia ocorreu com maior intensidade no final da década de 1940, quando a região ainda era considerada sul do estado. Foi somente em 1950 que oficialmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou novas demarcações territoriais, definindo, então, o território do extremo sul baiano, agora separado da porção sul do estado (SANTOS & MARTINS, 2021).

Nesse período, o Extremo Sul da Bahia era composto por seis municípios, caracterizados por extensas faixas de terras conectadas ao litoral baiano, que faziam fronteiras a oeste com o estado de Minas Gerais e ao sul com o Estado do Espírito Santo (IBGE, 1958). Contudo, a existência e interações dos povos originários nesse espaço territorial ocorreu muito tempo antes da colonização portuguesa, isto é, da chegada do homem branco europeu (HOLANDA, 1995). Logo, a história ambiental, social, cultural, econômica e política da região antecede a oficialização do território, sua transformação em região (SANTOS & MARTINS, 2021).

Em alusão a esse processo de colonização, a região da costa baiana é atualmente conhecida como “costa do descobrimento”, referência também para a UC em estudo, que em comemoração aos 500 anos da chegada dos portugueses ao litoral da Bahia, recebeu o nome de Parque Nacional do Descobrimento (PND). É bastante contraditório ou até mesmo inapropriado que a UC que protege um dos principais remanescentes de Mata atlântica faça referência ao processo que mais destruiu a mata nativa deste bioma.

Em 1991, com o intuito de proteger as áreas remanescentes de Mata Atlântica, foi aprovada pela Unesco a criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). Posteriormente, reafirmando a importância desse bioma e entendendo que seu valor se estende a âmbito universal, foi concedido, em 1999, o título de Patrimônio Mundial da Unesco à região tida como Reserva de Floresta Atlântica da Costa do Descobrimento, composta por oito fragmentos florestais que atualmente estão protegidos por três parques nacionais, – Descobrimento, Monte Pascoal e Pau-Brasil –, duas Reservas Biológicas e três Reservas Particulares (IUCN,1999; TREVISAN, 2017). Essa região também faz parte do Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), que visa interligar diversas áreas protegidas com ecossistemas prioritários para conservação da biodiversidade (BRASIL, 2006).

Por volta do ano 2000, ano seguinte à publicação do decreto de criação do Parque Nacional do Descobrimento, já começaram a surgir os primeiros conflitos referentes à

sobreposição territorial. Os principais atores desse conflito foram a comunidade Indígena Comexatibá e a gestão do Parque, representada inicialmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal, assumiu a gestão das UCs de todo o Brasil. De um lado, a defesa da preservação da biodiversidade pelos gestores, e do outro um povo e sua cultura na defesa e luta pelo uso de seu território ancestral (SILVA, 2018).

Cabe salientar que a proposta desse estudo se restringe aos problemas relacionados a gestão do PND e não aprofunda as discussões sobre o conflito<sup>2</sup>, mas que obviamente é importante contextualizar os eventos que fazem parte do desenvolvimento da UC até os dias atuais. Por exemplo, em 2017 houve a ocupação da sede do PND por parte de alguns representantes Pataxó. Uma das reivindicações dizia respeito à demora no processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Comexatibá, além de reivindicar medidas contra as ações de repressão da gestão do parque com relação à circulação dos Pataxó no interior da UC.

Em abril de 2018, em um esforço de resolução do conflito, o ICMBio e os caciques das aldeias Pataxó assinaram o Termo de Compromisso 02/2018, que definiu as regras para concordância entre a conservação da UC e a assistência, as necessidades e direitos indígenas. Definiu-se o etnozoneamento da área de sobreposição em zona de uso intensivo, zona de uso intermediário e uso restrito. Como alternativa para a proibição da caça, foi permitido o estabelecimento de criadouros de espécies silvestres. Com a adesão ao Termo de Compromisso, as questões conflituosas se atenuaram.

Contudo, é importante esclarecer que os conflitos se atenuaram no interior da UC em questão, mas que o território do extremo sul baiano continua sendo marcado por conflitos que perduram até os dias atuais, a citar as lutas das comunidades indígenas que sofrem as pressões dos latifúndios pecuaristas. A morosidade judicial para demarcação da TI do povo Pataxó e a negligência do Estado diante das represálias que os povos indígenas têm sofrido refletem a estrutura de um sistema com raízes colonizadoras que é incapaz de proteger e garantir os direitos dos povos originários<sup>3</sup>.

Certo que os impactos das tendências de governo se estendem a diversas esferas, cabe citar também a tese jurídica do “Marco temporal”, a qual defende que os povos indígenas têm

---

<sup>2</sup> Para maiores informações, consultar Silva (2019).

<sup>3</sup> “A resistência do povo Pataxó no extremo sul baiano contra as ocupações de suas terras tem desencadeado retaliação por partes de fazendeiros, que contratam pistoleiros e milícias privadas para atacar indígenas.” Disponível em: <<https://cptba.org.br/os-ataques-contra-o-povo-pataxo-no-extremo-sul-da-bahia/>> Acesso em: 24 de julho de 2023.

direito a ocupar somente as terras que ocupavam ou disputavam até a data da promulgação da Constituição, isto é, até o dia 05 de outubro de 1988. Esta tese é insustentável, ao permitir a expropriação indígena de suas terras representa um retrocesso no reconhecimento dos povos indígenas. (LIBOIS, *et al.*, 2021).

Logo, na realidade tangível o modelo socioeconômico vigente e hegemônico produz conflitos socioambientais, decorrentes do processo de acumulação capitalista que diverge/confronta o modo de vida de comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais, tanto em termos materiais, quanto imateriais (culturais) (BRAVO, 2013).

O cenário da crise socioambiental contemporânea fica evidente diante dos grandes problemas ambientais de nosso tempo, como a poluição generalizada, as mudanças climáticas, a perda acelerada de biodiversidade, a perda cultural, o aumento dos conflitos ambientais, o alto crescimento demográfico, os alarmantes índices de miséria humana, a exclusão social e criminalidade, dentre outras problemáticas (VIEIRA, 2009). A esse período, muitos autores têm chamado de “antropoceno”, de mudanças ambientais globais que se caracterizam pela magnitude inédita das alterações causadas pelas sociedades humanas nos ecossistemas e sistemas planetários (STEFFEN *et. Al.*, 2011).

Associado a esse conjunto de conflitos e debates é necessário vislumbrar a problemática das vulnerabilidades socioambientais, onde a condição de vida das comunidades tradicionais e das populações carentes de política públicas, são constantemente ameaçadas no lugar onde vivem, que são geralmente áreas ambientalmente sensíveis (KÄSSMAYER & BARRETO, 2012). Sobre isso, Kassmayer (2005) demonstra que “não é por acaso que as áreas de riscos e degradação ambiental também são, na maioria das vezes, áreas de pobreza e privação social”.

É nesse contexto que surge a necessidade de reconhecer a relação sociedade e ambiente a partir de abordagens que considerem a sustentabilidade territorial.

As UCs são responsáveis por produzir e fornecer diversos serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana, sendo assim, a sua existência reforça o compromisso com as gerações futuras. Ainda que leis e normativas regulamentem sua criação, implementação, manejo e gestão, objetivando sua manutenção e perpetuidade, as UCs são suscetíveis a diversos fatores que levam ao insucesso quanto ao atingimento dos seus objetivos (MILWARD-DE-AZEVEDO *et al.*, 2016).

No Brasil, a gestão de UCs apresenta amplas lacunas, a citar a ausência dos principais instrumentos de gestão, como plano de Manejo, Plano de Uso Público e Conselho Gestor. Aproximadamente 78% das UCs federais e estaduais não possuem Plano de Manejo (SOUZA, *et al.*, 2012; COSTA, 2013). Além disso, o Brasil é um dos países que apresenta menor

quantidade de funcionários por hectares protegidos; somada à falta de recursos, reduz ano a ano, o que torna ainda mais complexos os desafios gerenciais (PADUA, 2012).

Outro problema que ocorre com as UCs é a perda de área, atingindo vários países do mundo (MASCIA e PAILLER, 2011). Os eventos de perda de área são compreendidos por três diferentes processos, sendo representados pela sigla PADDD (*Protected Areas downgrading, downsizing and degazettement*). O “*Drowngrading*” é um evento referente à redução/atenuação das restrições legais, aumentando as atividades humanas nos limites da AP. Já o “*Downsizing*” compreende a alteração dos limites da AP, reduzindo-o sem alterar a categoria de uso. “*Degazettement*” é a perda completa do status de proteção legal da UC (MASCIA e PAILLER, 2011).

Em estudo realizado no Brasil abrangendo o intervalo entre 1981 a 2012, foram identificados 93 eventos que mudaram os limites ou categorias das UCs. Aproximadamente 7,3 milhões de hectares foram afetados por eventos PADDD, sem que houvesse um estudo técnico prévio ou consulta à sociedade civil (BERNARD, *et al.*, 2014; SOARES, 2018).

São inúmeras as razões que motivam a ocorrência dos eventos PADDD, em sua maioria relacionados ao interesse em ter acesso e controle dos recursos naturais para o uso do espaço relacionado à infraestrutura, agronegócio e geração de energia (MASCIA & PAILLER, 2011). Incluindo devidamente os valores na economia nacional, a relação entre custos e benefícios gerados pelas UC supera os empreendimentos projetados para ocupar seu espaço (SCHARLEMANN *et al.*, 2010). A estimativa de UCs que apresentam menores índices de efetividade estão mais expostas a terem seus limites desafiados ou alterados. Os chamados “parques de papel”, que em essência apresentam pouca ou nenhuma proteção ambiental, existem apenas na lei e em mapas (FARIA, 2004). Portanto, o gerenciamento mais efetivo das UCs pode conter ou dificultar a ocorrência de eventos PADDD, além de gerar os benefícios esperados de uma UC.

Diante disso, a avaliação de efetividade de gestão é um importante instrumento na gestão ambiental de UCs, sendo capaz de sinalizar quais são as principais vulnerabilidades e potencialidades, proporcionando maior compreensão do contexto social, político, econômico, ecológico e institucional. De forma sistêmica, permite diagnosticar os avanços da gestão e acompanhar o desempenho das metas de conservação (LEDERMAN e ARAÚJO, 2012).

De acordo com Ervin (2003), as avaliações de efetividade de UCs possibilitam o aperfeiçoamento das estratégias de conservação. São capazes de fornecer dados que direcionam a tomada de decisões pelos gestores, incentivam a cooperação entre equipes e norteiam processos de reflexão que visem elevar o nível da gestão da área (LEVERINGTON *et al.*, 2010).



Hockings *et al.* (2006) propõem que resultados negativos de desempenhos não devam ser utilizados para reprimir gestores, mas que as avaliações precisam ser vistas como ferramenta de assistência aos gestores e utilizadas de forma construtiva.

Mundialmente são utilizadas diversas metodologias de avaliação de gestão de UCs, sendo aproximadamente 40 as metodologias mais conhecidas, tendo sido aplicadas em mais de 100 países (LEVERINGTON *et al.*, 2010). As informações obtidas são armazenadas no Banco Mundial de Dados de Áreas Protegidas (*World Database on Protected Areas – WDPA*), que permite a organização das informações de maneira consistente, protegida e acessível, além de oportunizar uma avaliação de resultados da gestão em escala global.

Reconhecendo a importância dessa temática, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) estabeleceu elementos essenciais, tais como contexto, insumos, processos, planejamento e resultados, que devem ser contemplados nas ferramentas de avaliação da efetividade de gestão, indicando assim um parâmetro a ser utilizado em âmbito mundial (AURICH *et al.*, 2019).

A Convenção sobre Diversidade Biológica determinou a implementação da avaliação da efetividade de gestão de seus sistemas de Aps até o ano de 2010 (WWF-BRASIL, 2012). Contudo, são escassos os estudos de avaliação de efetividade de gestão no Brasil. Geldmann *et al.* (2015) afirmam que pouco se sabe sobre a qualidade de gestão das UCs.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para a compreensão sobre a real situação das UCs brasileiras, a fim de que essas descobertas contribuam positivamente para a conservação e melhoria na qualidade de vida da sociedade. Em face disso, a avaliação de efetividade de gestão pode ser compreendida como uma ferramenta capaz de auxiliar gestores e tomadores de decisões (DAY *et al.*, 2012).

O presente estudo se baseará na ferramenta *Management Effectiveness Tracking Tool 4* (METT-4) adaptada ao contexto do extremo sul da Bahia para responder às seguintes questões de pesquisa: (i) qual é a efetividade de gestão do Parque Nacional do Descobrimento? (ii) de que forma a efetividade de gestão contribui para a sustentabilidade territorial regional?

O objetivo geral desta dissertação é avaliar a efetividade de gestão do Parque Nacional do Descobrimentos sob o enfoque da sustentabilidade territorial. Os objetivos específicos são os seguintes: (i) adaptar a metodologia MEET-4 para o contexto do Parque Nacional do Descobrimento; (ii) Aplicar a metodologia MEET-4 para o Conselho Gestor do Parque Nacional do Descobrimento; (iii) Diagnosticar possíveis ameaças a existência do Parque; (iv) Indicar a existência de conflitos socioambientais e sua repercussão na gestão; (v) Identificar o grau de efetividade de gestão do Parque dentro dos marcos da sustentabilidade territorial.

Além desta introdução, esta dissertação está organizada em dois capítulos, cada um em formato de artigo. O primeiro tratará da efetividade de gestão do PND, e o segundo abordará como a UC se insere na região do Extremo Sul da Bahia e de que forma contribui para a sustentabilidade territorial. Por fim, serão apresentadas as conclusões gerais desta dissertação.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Avaliar a efetividade de gestão do Parque Nacional do Descobrimentos (PND) sob o enfoque da sustentabilidade territorial.

### **2.1. Objetivos Específicos**

- Adaptar a metodologia *Management Effectiveness Tracking tool 4* (MEET) para o contexto do PND;
- Aplicar a metodologia MEET para o Conselho Gestor do Parque Nacional do Descobrimento;
- Diagnosticar possíveis ameaças à existência do PND.
- Indicar a existência de conflitos socioambientais e sua repercussão na gestão.
- Identificar o grau de efetividade de gestão do PND dentro dos marcos do desenvolvimento territorial sustentável.

### 3. CAPÍTULO 1:

## EFETIVIDADE DE GESTÃO NO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO, PRADO, BAHIA, BRASIL.

Sirleide Santana Rocha  
Paulo Angeli  
Frederico Monteiro Neves

### RESUMO

Áreas naturais protegidas estão entre as principais estratégias de conservação da biodiversidade em nível mundial. Estudos demonstram que mesmo existindo na forma de lei muitas unidades de conservação (UC) não cumprem todas as atribuições definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e em seus Planos de Manejo. O Parque Nacional do Descobrimento (PND) é uma das UCs integrantes da Mata Atlântica no extremo sul da Bahia. Esta pesquisa objetiva compreender o grau de efetividade da gestão do PND, utilizando a metodologia *Management Effectiveness Tracking Tool 4* (METT-4), adaptada ao contexto regional. Os resultados indicam que a efetividade de gestão do PND foi de 61,90%, demonstrando nível alto de efetividade de gestão. O cenário atual do PND é de uma UC ainda em processo de implantação. Os resultados desta pesquisa apontam caminhos para o aprimoramento dos instrumentos de gestão do PND e fortalecimento do SNUC na região do extremo sul da Bahia.

### PALAVRAS-CHAVE

Unidade de Conservação; Mata Atlântica; Management Effectiveness Tracking Tool.

## MANAGEMENT EFFECTIVENESS IN THE DESCOBRIMENTO NATIONAL PARK, PRADO (BA)

### ABSTRACT

Protected natural areas are among the main strategies for biodiversity conservation worldwide. Research shows that even though they exist in the form of law, many protected areas (Pas) do not fulfill all the attributions defined in the National System of Protected Areas (SNUC) and in their Management Plans. The Descobrimento National Park (PND) is one of the Ucs of the Atlantic Forest in the Extreme South of Bahia. This research aims to understand the degree of management effectiveness of the PND, using the Management Effectiveness Tracking Tool 4 (METT-4), adapted to the regional context. The results indicate that the PND's management effectiveness was 61.90%, demonstrating a medium level of management effectiveness. The PND's current scenario is that it is a PA still in the implementation process. The results of this research point to ways to improve the PND's management instruments and strengthen the SNUC in the Extreme South of Bahia.

**KEY WORDS** Protected areas; Atlantic Forest; management effectiveness tracking tool; management effectiveness.

## 1. INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UC) são espaços criados e projetados para contribuir com a conservação da natureza por meio da manutenção, da funcionalidade e integridade de ecossistemas, criando refúgios para espécies biológicas, que garantem a oferta de serviços ecossistêmicos, além de valores culturais e econômicos (DUDLEY, 2008; OLDEKOP et al, 2015; YOUNG; MEDEIROS, 2018). As UCs estão entre as principais estratégias de conservação da biodiversidade em nível mundial (WATSON et al., 2014).

Essas áreas também apresentam centralidade nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, pois são espaços que podem armazenar grandes estoques de carbono ao mesmo tempo em que contribuem para ações de adaptação baseada em ecossistemas, garantindo a oferta de serviços ecossistêmicos às populações locais (SCARANO, 2017).

Alguns estudos têm demonstrado que mesmo existindo na forma de lei, muitas UCs não conseguem desempenhar todas as atribuições definidas no SNUC, conforme descrito na Lei n. 9.985/2000 e nos planos de manejo. Dessa forma, não possuem as condições adequadas para que haja uma gestão efetiva e capaz de cumprir os objetivos estabelecidos para a conservação da biodiversidade. É possível haver deficiências quanto aos recursos financeiros, físicos e profissionais, fatores estes que implicam diretamente no bom funcionamento de uma UC, restando, na realidade, uma lacuna entre a teoria e a prática (BANZATO; GIANESSELLA, 2016). É nesse contexto, que esses espaços são definidos como “parque de papel”, termo referente as UCs que foram instituídas legalmente, mas que não funcionam efetivamente (LIMA *et al.*, 2005; PIMENTEL; MAGRO, 2011).

Desde o século XIX, a criação de áreas protegidas é a matriz principal para a conservação da biodiversidade, além dos demais benefícios econômicos, ambientais e sociais que podem ser gerados (LEVERINGTON *et al.*, 2010). Ainda assim, é fundamental avaliar até que ponto a criação de UCs resulta, efetivamente, na proteção de seus valores e gera benefícios à sociedade (STOLL-KLEEMANN e JOB, 2008).

A criação de UCs sem a perspectiva de sua efetiva implementação provoca inúmeros problemas regionais, entre os quais podem ser citados a desapropriação de terras sem indenização, desestabilização cultural, déficit tributário pela redução de produção e alterações na dinâmica da economia regional (ARAUJO *et al.*, 1998; SCHIAVETTI *et al.*, 2012).

A área de estudo desta pesquisa, o Parque Nacional do Descobrimento (PND), abriga uma rica biodiversidade de fauna e flora, sendo um dos fragmentos mais importantes do Bioma Mata Atlântica no país. Diversos estudos indicam a relevância do parque para a conservação em âmbito local e regional (DOMINGUES, 2000; MARCHIORO, 2005; PONTES JUNIOR *et al.*, 2022). Todavia, o cenário regional evidencia diversas pressões decorrentes das ações antrópicas que refletem negativamente na conservação da biodiversidade, como desmatamento, caça, uso do fogo, pressão e ocupação desordenada do entorno (PONTE JUNIOR, 2016).

Indicadores de efetividade de gestão são essenciais no fornecimento de informações que permitam conhecer de forma mais abrangente o contexto de uma UC. Reconhecendo isso, em 2004, a Convenção sobre Diversidade Biológica inseriu um programa de trabalho para as UCs, no qual ficou determinado a implementação da avaliação da efetividade de gestão em áreas

protegidas até o ano de 2010 (ROMA, 2016; WWF-BRASIL, 2012). Há uma variedade de metodologias que buscam avaliar a efetividade da gestão em UCs no Brasil e no mundo, e que sintetizam seus resultados em índices que expressam a qualidade da gestão em determinado momento (MASULLO *et al.*, 2019).

Considerando que grande parte das metodologias de avaliação foram criadas para fornecer uma ferramenta de avaliação rápida de gestão adaptativa, é importante salientar que não há uma única abordagem de monitoramento e avaliação capaz de atender todas as necessidades distintas de cada UC (COAD, *et al.*, 2015). As ferramentas mais utilizadas para avaliação de efetividade gestão a nível mundial são a *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management* (RAPPAM) e “*Management Effectiveness Tracking Tool* (MEET)”. Esta última já foi aplicada em 2.045 áreas, sendo conduzida 4.046 vezes (COAD, *et al.*, 2015). Foi elaborada de forma simples, composta em formato de questionário de pontuação, contendo todos os elementos (contexto, planejamento, insumos, processos, saída e resultados) de gestão indicados pela IUCN WCPA (HOCKINGS, *et al.*, 2015; ZANATTO, 2018).

A metodologia MEET possibilita monitorar a evolução de uma gestão mais eficaz ao longo do tempo, sendo possível identificar quais são as necessidades, limitações, pressões, ameaças e ações prioritárias para uma melhor efetividade de gestão das UCs (HOCKINGS, *et al.*, 2015).

Bastante difundida mundialmente, a metodologia a RAPPAM ocupa a segunda posição como a mais utilizada para avaliação de efetividade. Com uma visão sistêmica, essa abordagem foi delineada pela WWF para indicar rapidamente as forças, fraquezas e ameaças da unidade ou do sistema de UC, contribuindo assim para a tomada de decisões (STOLL-KLEEMANN, 2010; MASULLO, 2019). No Brasil, a ferramenta RAPPAM obteve maior popularidade, seguida da ferramenta MEET (AURICH *et al.*, 2019).

Ambas as ferramentas foram criadas a partir da estrutura da *World Commission On Protected Areas* (WCPA), que contempla em suas abordagens as metas e objetivos da UC, o contexto que estão inseridas, o planejamento, insumos disponíveis e produtos gerados (HOCKINGS *et al.*, 2006).

A aplicação de avaliações de efetividade de gestão no Brasil, mesmo que lentamente, tem avançado ao longo do tempo, criando contornos de avaliação contínua e consolidada (PEIXOTO, 2013). Cunha e Araújo (2014) analisaram a efetividade de gestão do Parque Nacional Ubajara (Estado do Ceará), e concluíram que o índice de efetividade de gestão da UC não foi satisfatório, havendo muitas ameaças e pressões na área do parque, especialmente relacionadas à situação fundiária não regularizada. Já Dos Santos Brandão e Schiavetti (2017)

identificaram que os recursos humanos eram apontados como insuficientes pelos gestores do Parque Nacional da Serra da Capivara (Estado do Piauí).

As pesquisas sobre a efetividade de gestão em UC são esporádicas e de difícil comparação, devido à variedade de metodologias empregadas (BRASIL, 2011; SCHIAVETTI *et al.*, 2012; ICMBio; WWF-Brasil, 2012; BRANDÃO; SCHIAVETTI, 2017), devendo ser fortalecidas e ampliadas de modo a permitir a compreensão da efetividade prevista no SNUC, especialmente no extremo sul da Bahia, espaço que abriga uns dos principais remanescentes de Mata Atlântica (MYERS *et al.*, 2000).

Atualmente, a Mata Atlântica mantém cerca de 12% de sua área original, e tende a perder mais áreas devido às contínuas pressões do desenvolvimento econômico (SOS MATA ATLÂNTICA e INPE, 2017). A relevância e a diversidade de ecossistemas existentes dentro dos limites do Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), sejam eles terrestres (os mosaicos de florestas e ecossistemas associados) ou costeiros e marinhos (os manguezais, as restingas e as áreas de recifes de corais), e que estão em rápido processo de degradação ambiental, indicam a necessidade de implantação e fortalecimento das UCs, além da sensibilização e educação dos agentes sociais envolvidos (BRASIL, 2006; FONSECA *et al.*, 2004; SCHIAVETTI *et al.*, 2012).

As UCs têm grande potencial em contribuir para a sustentabilidade territorial onde estão inseridas, fomentando atividades relacionadas ao uso sustentável da natureza, ao turismo, pesquisa, além de contribuírem para garantir o fornecimento de serviços ecossistêmicos (SAVIANO *et al.*, 2018).

Diante da importância socioambiental do Parque Nacional do Descobrimento, este trabalho objetiva compreender o grau de efetividade da gestão desta UC. Os resultados deste trabalho poderão contribuir para o aprimoramento da gestão, por meio da construção de conhecimentos relativos às ameaças, fraquezas, forças e oportunidades decorrentes da existência das UCs nesta região.

## **2. MATERIAIS E METÓDOS**

### **2.1 Área de Estudo**

A área de estudo é o Parque Nacional do Descobrimento (PND). Com 22.693,97 hectares o PND está localizado no município de Prado, Extremo Sul da Bahia (Fig. 1).





de exploração madeireira anteriores à UC. Em relação à fauna, seu Plano de Manejo indica 688 espécies encontradas na Mata Atlântica, sendo 181 endêmicas (BRASIL, 2014).

A região Extremo Sul da Bahia também compreende grande diversidade étnica e cultural, com predominância de povos indígenas da etnia Pataxó, além de comunidades quilombolas e outras populações tradicionais vinculadas à pesca e a agricultura familiar (FREIRE, 2016). Na região mais litorânea do PND há sobreposição espacial entre a UC e a Terra Indígena Comexatibá, cujas lideranças lutam há muitos anos pelo reconhecimento dessa TI. No ano de 2018 foi firmado um Termo de Compromisso entre o ICMBio e as lideranças indígenas para o uso compartilhado da área de sobreposição, com regras de uso e ocupação.

## 2.2 Procedimentos

Esta pesquisa tem natureza aplicada, abordagem quali-quantitativa; quanto aos objetivos é descritiva e utilizou os seguintes procedimentos de produção e coleta de dados: entrevistas estruturadas com membros do Conselho Gestor do PND, análise documental e pesquisa de campo.

A ferramenta *Management Effectiveness Tracking Tool 4* foi utilizada para avaliar a efetividade de gestão no PND (cf. STOLTON; DUDLEY, 2016). Essa metodologia se baseia nos elementos de gestão definidos pela *World 25onstrucción Protected Areas* (IUCN-WCPA), que considera: (1) análise do contexto (onde estamos agora?), (2) Planejamento (Onde queremos estar?), (3) Insumos (Do que precisamos?), (4) Processos de Gestão (Como faremos isso?), (5) Produtos de Gestão (Quais foram os resultados produzidos?), (6) Resultados (O que alcançamos?) (HOCKINGS *et al.*, 2000). Para cada um destes elementos há um conjunto de questões a serem respondidas, totalizando 38 questões.

Antes de iniciar a coleta de dados foi realizada a tradução do questionário METT-4 para aplicação junto aos membros do Conselho Gestor do PND e aos dirigentes da UC na forma de entrevista estruturada. Além de integrantes da gestão da UC, as entrevistas foram realizadas com membros do Conselho Consultivo, o que é um avanço em relação a outras pesquisas e metodologias que são aplicadas apenas aos getores das UCs.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro de 2022 e julho de 2023 por meio de encontros presenciais e virtuais com os membros do Conselho Consultivo do PND. Complementarmente à entrevista com a gestora da UC, foi elaborado um formulário na plataforma *Google Forms* com algumas das questões que demandam maior detalhamento (valores, serviços ecossistêmicos, e ameaças na UC), as quais foram respondidas posteriormente pela gestão do PND.

Além das entrevistas, dados também foram coletados e sistematizados a partir da participação em três reuniões ordinárias do Conselho do PARNA em 2021 e 2022 e visita de campo ao PND em 2022, com o objetivo de conhecer a área da UC, sua infraestrutura, trilhas, equipe e escritório. Nas reuniões do conselho e visita à campo foi realizada observações e tomada de notas.

Dados secundários foram consultados para subsidiar a avaliação da efetividade da gestão da UC e responder ao questionário da ferramenta METT-4, a exemplo de bancos de dados públicos (ICMBio, IBAMA, SEMA-BA, IBGE, entre outros) e publicações científicas. Os dados coletados foram analisados dentro do contexto da metodologia e cotejados com outros estudos realizados sobre a efetividade da gestão.

O resultado final sobre efetividade de gestão da UC foi constituído pela soma das respostas dadas para cada elemento de gestão em termos absolutos e percentuais, indicando claramente as forças, fraquezas, e tendências em termos de gestão da UC. As notas máximas a serem obtidas por elemento de gestão são: Planejamento (21 pontos, em 7 questões); Insumos (18 pontos, em 6 questões); Processos de Gestão (60 pontos, em 20 questões); Produtos de Gestão (15 pontos, em 5 questões); e Resultados (12 pontos, em 4 questões). Cada indicador contido nos elementos de gestão pode alcançar uma nota de 0 a 3 pontos (i.e. 0 quer dizer a ausência de tratamento para determinado indicador até 3, que indica o tratamento de excelência), que são somados ao final e convertidos em percentuais de efetividade.

O nível de efetividade de gestão, tanto para cada elemento de gestão como para o resultado final, foi classificado de acordo com os valores padrões da metodologia, considerando: valores menores que 40% foram classificadas como nível baixo, 40 a 60% como nível médio, e os superiores a 60% como nível alto de efetividade de gestão.

Essa pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSB (Protocolo 4.905.658) e no Sistema de Autorização de Pesquisa nas Unidades de Conservação Federal (SISBIO, número 72755-1).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram entrevistadas 17 pessoas integrantes do Conselho Consultivo do PND, que apresentam o seguinte perfil: quatro mulheres e treze homens, idades entre 23 a 55 anos, sendo todos moradores da região há pelo menos três anos. Houve dificuldades no agendamento de entrevistas com outros integrantes do conselho devido à pandemia, indisponibilidade em suas agendas, falta de interesse e baixo engajamento em participar da pesquisa. Alguns membros ao serem contatados optaram por não participar da pesquisa justificando não possuir os

conhecimentos necessários para responder o questionário, isto porque ocuparam recentemente a cadeira do Conselho ou não estão participando das reuniões.

O grupo que integra o conselho gestor da UC é provisório, estando em fase de reorganização desde 2021. A última portaria que regulamenta o assunto foi publicada em 2013, estando desatualizada. Isso demonstra uma importante fragilidade na efetividade da gestão da UC, pois é no Conselho Consultivo que muitas das estratégias de ação são discutidas e definidas.

### **3.1 Análise de contexto**

A análise de contexto permitiu identificar os principais objetivos, valores e serviços ecossistêmicos para os quais a UC foi criada, além das ameaças reais e potenciais.

Os resultados indicam que os objetivos de gestão mais importantes identificados foram a proteção e preservação de amostras dos diferentes ecossistemas presentes no interior da UC, além do desenvolvimento de pesquisa científica e programas de educação ambiental. Os principais valores identificados dizem respeito aos processos ecológicos, acesso a recursos naturais, significado social, uso recreativo e a conservação de diferentes fitofisionomias de Mata Atlântica. No que diz respeito aos principais serviços ecossistêmicos ofertados pelo PND, foram indicados água, saúde e bem-estar, mitigação climática, valores culturais, espirituais e estéticos.

As principais ameaças identificadas para a UC são: caça, incêndios e supressão de vegetação com fogo, barramentos e modificações hidrológicas, perda de espécies e plantas invasoras. Além destas, ainda foram mencionadas, em menor intensidade, a presença de moradias e assentamentos; atividades de mineração e pedreiras; rodovias; perdas de áreas; coleta de plantas; exploração madeireira; isolamento de outros habitats; efeito de borda; esgoto doméstico; efluentes agrícolas e outros poluentes; erosão e assoreamento; eventos climáticos; políticas conflitantes entre os setores governamentais; e a perda de vínculos culturais, como conhecimentos tradicionais e outros vínculos importantes.

A Lei que instituiu o SNUC estabelece que toda UC, com exceção para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural e as Áreas de Proteção Ambiental, deve possuir Zona de Amortecimento (ZA), que em linhas gerais é a área localizada no entorno da UC, cujo objetivo é limitar as atividades que possam colocar em risco a sua integridade, protegendo assim os seus limites. Importante pontuar que a ZA não é uma UC, mas as atividades humanas nesta área estão sujeitas a restrições e normas específicas.

A ZA do PND apresenta um contexto complexo, onde são desenvolvidas muitas atividades econômicas, como enormes áreas de pastagens para criação de gado e silvicultura, atividades muito comuns na região do extremo sul baiano, e que fomentaram intensos processos de desmatamento e êxodo rural (AMORIM; OLIVEIRA, 2007; ALMEIDA *et al.*, 2008; NEVES, 2022). Há também plantios de café, cacau, pimenta e maracujá, além de atividade de mineração, carcinicultura e granjas (ICMBIO, 2014).

Com relação à caça, frequentemente são encontrados vestígios da atividade nas rondas das equipes do PND. Para tentar reduzir esta ameaça, a gestão da UC realiza patrulhas no interior da UC em busca de armadilhas e tocaias, o que não tem diminuído sua incidência. Não há informações precisas sobre a motivação para esta atividade, podendo ser de subsistência, predatória ou esportiva, segundo informações transmitidas pela gestão do parque. Devido ao tamanho e a forma da UC, além do baixo número de vigilantes, é muito difícil manter um monitoramento efetivo das fronteiras e do interior.

Os incêndios e a supressão de vegetação com fogo são ameaças comuns na UC, sendo, em geral, ocasionadas por proprietários rurais no entorno. Apesar da existência de brigadistas e das ações de controle, principalmente nas épocas mais secas do ano, os danos relacionados a essas ameaças têm índices altos de severidade.

Os incêndios florestais constituem uma problemática que antecede a criação da UC. Em 1994 houve o incêndio de maior proporção e impacto na região, quando cerca de 19.000 hectares foram afetados, sendo que 7.000 hectares pertenciam a antiga empresa Bralanda, que corresponde a atual área da UC. Desde então, novos incêndios com dimensões menores ocorreram, implicando em consequências tão nocivas quanto as de 1994. Estima-se que, desde a criação da UC, cerca de 2.000 hectares tenham sido impactados pelo fogo, sendo que a maior parte ocorreu sucessivamente na mesma área, o que dificulta seriamente a capacidade de regeneração do ecossistema (PONTES JUNIOR, 2016).

Os barramentos e modificações hidrológicas são comuns na região, principalmente para a construção de represas para irrigação e dessedentação animal, que também são encontradas dentro do perímetro da UC, tendo sido construídas pelos antigos proprietários da área. De acordo com Ribeiro (2009), o que acontece na área circundante a UC pode dificultar ou potencializar o alcance dos objetivos de criação de uma UC.

Com relação à perda de espécies, foi mencionada a falta de avistamento do principal predador de topo da unidade, a onça pintada (*Panthera onca*). A fragmentação da Mata Atlântica reduz bastante a incidência desses animais, que carecem de espaço adequado para sua população.

As plantas exóticas invasoras são mais comuns no interior da UC. Segundo a gestão do PND, as principais espécies invasoras são capim, pinus, braquiária e *Ácacia magnium*. Para dar conta desta ameaça, a gestão da UC relata que desenvolve projetos de restauração florestal, mas que a extensão e a severidade dessas ameaças são consideradas muito altas.

### 3.2 Efetividade de gestão

Os resultados mostram que cada elemento de gestão alcançou valores de efetividade diferentes para o Parque Nacional do Descobrimento, mas todos alcançaram pontuação superior a 50%, estando na faixa de média a alta efetividade (Quadro 1). O elemento “produtos de gestão” alcançou o menor valor percentual, com 53,33%. O elemento “processos”, que contempla o maior número de questões, apresentou nível de efetividade de 58,33%. O elemento “Insumo” atingiu 61,11% de efetividade, enquanto o elemento “Planejamento” obteve 71,43%. O maior valor de efetividade foi para o elemento “Resultado”, com 75,00%, sendo classificado como nível alto de efetividade de gestão.

**Quadro 1: Pontuação METT por elemento de gestão (%).**

Elemento	Pontuação por elemento	Pontuação máxima no elemento	Efetividade	Max %
Planejamento	15	21	71,43%	100,00%
Insumos	11	18	61,11%	100,00%
Processos	35	60	58,33%	100,00%
Produtos da gestão	8	15	53,33%	100,00%
Resultados	9	12	75,00%	100,00%
<b>Total</b>	78	126	61,90%	100,00%

**Fonte:** Os autores (2023).

O Quadro 2 mostra detalhadamente os indicadores e variáveis que influenciaram a pontuação de cada elemento de gestão, sendo que apenas quatro indicadores alcançaram a nota máxima.

O elemento de gestão “Planejamento” tem como principal ponto negativo o tamanho e o formato irregular da UC, prejudiciais à proteção de seus valores. Apesar de ser um fragmento florestal conservado, a UC atingiu o tamanho atual após anos de antropização ao redor, sendo

também de tamanho pequeno para o nível dos processos ecológicos regionais. Além disso, a borda irregular dificulta ações da gestão e aumenta o efeito de borda.

## Quadro 2: Pontuação detalhada por Elemento de Gestão

Elemento de Gestão	Tema	Pontuação
<b>Planejamento</b>	Status legal	3
	Manejo p/ alcance de objetivos	3
	Reconhecimento e atuação dos vizinhos	2
	Tamanho e forma adequada	1
	Plano de manejo	2
	Planejamento, edição e adaptação do plano de manejo	2
	Plano de trabalho	2
<b>Insumos</b>	Suficiência de informações	2
	Suficiência de pessoal	1
	Capacitação do pessoal	3
	Suficiência orçamentária	1
	Seguridade orçamentária	2
	Suficiência estrutural	2
<b>Processos</b>	Existência e efetividade de mecanismos legais e ações de controle	2
	Fronteiras reconhecidas	3
	Administração dos recursos financeiros	2
	Capacidade de aplicação das leis	2
	Existência de sistemas de controle	2
	Condições de trabalho seguras	2
	Existência de plano de pesquisa	1
	Monitoramento e revisão de atividades de gestão	3
	Manejo ativo dos recursos	2
	Manejo voltado p/ mitigação e adaptação das mudanças climáticas	1
	Manejo voltado p/ prevenção da perda de carbono	3
	Provisão dos serviços ecossistêmicos	2
	Existência de programa de educação ambiental vinculado às necessidades	0
	Cooperação com moradores e setores vizinhos	1
	Cooperação com operadores turísticos	2
	Funcionalidade da aplicação de tarifas e taxas	2
	Envolvimento das populações indígenas nos processos decisórios	2
	Envolvimento das comunidades locais nos processos decisórios	1
	Detalhamento dos valores naturais	2
	Detalhamento dos valores culturais	0
<b>Produtos da gestão</b>	Estruturas de visitação e serviços adequadas	1
	Impacto em comunidades	2
	Provisão de meios de vida sustentáveis	1
	Trato das principais ameaças	2

Elemento de Gestão	Tema	Pontuação
<b>Resultados</b>	Conectividades funcionais entre habitats	2
	Condição dos principais valores naturais	2
	Condição dos principais valores culturais	2
	Mudança no status das principais espécies indicadoras de fauna	2
	Mudanças positivas em relação aos últimos 5 anos	3

Legenda: A pontuação da metodologia varia de 0 (menor nota para determinado tema) até 3 (maior nota para determinado tema).

Fonte: Os Autores.

Somando-se a área do PND com as áreas de RPPNs e as áreas adjacentes da UC, como Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), cerca de 30.000 hectares estão sob algum regime de proteção legal (ALMEIDA *et al.*, 2006). Ainda assim, para persistência e viabilidade de populações de mamíferos com peso maior que 50 kg, como a onça-pintada, o tamanho das áreas protegidas deveria ser de no mínimo 100.000 hectares (PAVIOLO *et al.*, 2009). Nesse contexto, a área do parque não é suficiente para atender totalmente aos critérios de conservação da biodiversidade nativa definidos, sendo imprescindível a adoção de estratégias que visem ampliar os níveis de proteção ambiental, a exemplo da implementação de corredores ecológicos (PONTES JUNIOR, 2022).

Quanto à forma da UC, o PND apresenta-se com várias extremidades alongadas, como um formato de ameba, o que pode dificultar efetivamente estratégias de fiscalização. A forma geométrica mais adequada para áreas protegidas é o formato circular, pois assegura uma menor relação perímetro/área e garante uma maior área central com menor interferência da matriz circundante, contribuindo positivamente para uma maior preservação da biodiversidade. A relação perímetro/área é o aspecto que deve ser considerado no processo de criação de áreas protegidas, sendo o ideal que a relação seja por volta de três metros de borda para cada hectare. Por não se aproximar de um formato circular, o PND apresenta sete metros de borda para cada hectare da UC (PONTES JUNIOR, 2022).

Com relação ao elemento “insumo”, o percentual de efetividade foi de 61,11%. Os fatores que contribuíram para tal pontuação são ligados especialmente a questões orçamentárias, que foram avaliadas como insuficientes para as necessidades da gestão da UC, alinhado com a deficiência no corpo de funcionários, sendo estes os piores resultados nesse elemento de gestão. Além disso, a carência de outros recursos, e atividades de pesquisa, contribuiu para esse quadro. Atualmente, há apenas cinco funcionários efetivos no PND, todos analistas ambientais, além de outros 15 contratados temporariamente. Cabe pontuar que o

indicador referente aos conhecimentos e habilidades das pessoas envolvidas na gestão alcançou a nota máxima de efetividade de gestão.

A nota atribuída ao elemento de gestão “Processos” foi 58,33%. Indicadores relacionados à demarcação dos limites da UC, ao monitoramento das atividades de manejo, a prevenção da perda de carbono alcançou nota máxima neste elemento. Por outro lado, há pouca cooperação com moradores e setores vizinhos da UC e baixa interlocução da gestão com operadores comerciais de turismo, um setor muito presente na região. Ademais, são inexistentes os programas de levantamento e pesquisa ligados às necessidades da gestão, que orientem a tomada de decisões, além da inexistência de ações conscientemente planejadas para a mitigação das mudanças climáticas. É importante destacar que os indicadores “existência de programas de Educação Ambiental (EA)” e “detalhamento dos valores culturais” não foram pontuados.

A EA é uma importante estratégia para sensibilização da sociedade acerca das problemáticas ambientais (PELEGRINI e FARIAS, 2011). Diversos estudos elucidam a importância da EA no contexto institucional das UCs (MENDONÇA *et al.*, 2012; DA CRUZ e SOLA, 2017; LIMA e DE OLIVEIRA, 2022). As UCs podem oportunizar condições ideais para a realização de atividades com esse cunho, onde é possível ter contato direto com o ambiente natural, efetuar trilhas interpretativas, realizar atividades de percepção ambiental e aproximar a comunidade local, contribuindo assim para uma gestão mais participativa. Todos os entrevistados da pesquisa afirmaram que ações de EA devem ser priorizadas pela gestão.

No elemento “produtos da gestão”, o índice de efetividade foi de 53,33%. Dos fatores responsáveis por essa nota, os destaques negativos são: a falta de estrutura destinada aos visitantes, fator limitante até mesmo para o plano de integração regional da UC; e a limitada contribuição da UC como provedora de benefícios econômicos sustentáveis para comunidades locais e populações indígenas. Com relação a este último ponto, a gestão da UC tem privilegiado pessoas das comunidades do entorno para contratação em vagas temporárias de brigadistas, além de possibilitar que moradores das comunidades locais atuem como guias de turismo em trilhas da UC. Os pontos fortes deste elemento de gestão, que receberam nota máxima, relacionam-se com a comunicação e confiança entre as comunidades e a gestão da UC, além das ações que são estabelecidas em conjunto entre estes, especialmente com relação à área de sobreposição da UC com a TI Comexatiba. Neste aspecto, um termo de compromisso foi assinado pelo ICMBio e comunidades da TI com o objetivo de regularizar o uso e ocupação da área sob dupla afetação da UC e TI (Termo de compromisso MMA 02/2018).

Em relação a infraestrutura, estão sendo feitas, desde 2022, adaptações na área de visitantes da UC, que se localiza na portaria principal, com a construção de banheiros,



estacionamentos, galpão de manutenção e sinalização de trilhas. Todas as obras são financiadas por recursos que são captados em editais externos. O orçamento fixo da UC garante gastos não discricionários, como materiais de trabalho, segurança, salário dos funcionários e despesas gerais (ex. energia elétrica e internet).

O elemento de gestão “Resultados” alcançou a maior nota (75%). A maior lacuna deste quesito é a falta de informações a respeito das principais espécies da UC, que dificulta ações de manejo e conservação das espécies. A carência de pesquisas voltadas às necessidades da UC é um grande problema identificado. Como ponto forte, o estado de conservação dos habitats do interior da UC melhorou nos últimos cinco anos, segundo a gestão da UC, demonstrando importante contribuição da UC na manutenção da biodiversidade, tendo, por isso, recebido a nota máxima neste indicador.

Hocking, Stolton e Dudley (2000) analisam o arcabouço da IUCN para a avaliação de efetividade em UCs, indicando a finalidade de cada um dos seus elementos de gestão. O elemento “Planejamento” avalia os processos de governança necessários para o atingimento dos objetivos designados para a UC; enquanto em “Insumos” são observados os requisitos necessários para atingir as metas do planejamento. O elemento “Processos” avalia as ações necessárias para se atingir os objetivos de gestão da UC. No elemento “Produtos da gestão” o foco está no que é produzido em relação aos objetivos definidos. Por último, em “Resultados” busca-se avaliar as repercussões de longo prazo alcançadas pelas ações da gestão em relação à proteção dos valores da UC.

Considerando todos os elementos de gestão, o índice geral de efetividade de gestão do PND foi de 61,90%, indicando nível alto de efetividade de gestão. Todavia, esse índice é o mais baixo da escala de efetividade alta.

São diversas as ferramentas que mensuram a efetividade de gestão em áreas protegidas. Junior e Agra Filho (2015), ao comparar as ferramentas e metodologias, destacam os principais elementos considerados no debate de efetividade, sendo eles o sistema de governo, nível de recursos e o apoio da comunidade local (JÚNIOR; AGRA FILHO, 2015).

O SNUC, que integra todas as UCs brasileiras, adota o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (SANGe) para medir o grau de efetividade da UCs brasileiras, por meio do mesmo arcabouço de gestão da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). Os resultados do SANGe para o PND no ano de 2021, considerando cada um dos seis elementos de gestão, indicaram nível de efetividade “moderado” para quatro destes, e dois classificados como “negativos” ou “insuficientes”. O grau geral da UC foi de “moderada efetividade” (entre 40 e 60%) (cf. ICMBio, 2021).

Embora a *METT* seja a ferramenta de avaliação da efetividade de gestão mais utilizada mundialmente, no Brasil o uso da metodologia RAPPAM é bem mais difundido, por possibilitar melhor comparação entre UCs que fazem parte de um sistema integrado como o SNUC (PEIXOTO, 2013).

Mesmo sendo usada em menor intensidade, a ferramenta *METT* tem sido aplicada em algumas UCs brasileiras. Da Silva *et al.* (2019), por exemplo, ao estudar o Parque Estadual do Cantão (Tocantins), encontraram índice de efetividade de 52%, em 2016. Esse nível de efetividade sofreu queda abrupta em relação à análise realizada no ano anterior (71%), e teve como principal fator a diminuição nos recursos financeiros.

A presente pesquisa demonstra a importância da utilização de diferentes fontes de dados e partes interessadas para a análise da efetividade de gestão em UCs, de forma a permitir a atualização e comparação dos dados, resultando no fortalecimento dos estudos de efetividade numa perspectiva da sustentabilidade territorial regional. A maior parte das iniciativas realizadas no Brasil utilizam dados, percepções e conhecimentos apenas da gestão da UC.

Em seus 23 anos de existência, o PND apresenta todos os requisitos legais, como decreto de criação, Plano de Manejo e Conselho Consultivo (em fase de reorganização), sendo que o Plano de Uso Público é uma necessidade reconhecida pela atual gestão da UC, que já está traçando as devidas estratégias para sua elaboração. O Plano de Manejo do PND requer atualização, uma vez que foi elaborado há mais de uma década. Pontes Junior (2016) analisou a efetividade de gestão do PND em 2015, tendo identificado à época uma série de fragilidades, persistentes até hoje, como equívocos de zoneamento, estudos de fauna centrados somente nos grupos de vertebrados, bem como ausência de um Plano Executivo; o que implica em uma baixa execução do que foi planejado. Ainda assim, o PND está entre as poucas UCs brasileiras que possuem Plano de Manejo, sendo este um requisito importante para se obter bons resultados em metodologias de avaliação de efetividade de gestão em UCs.

O SNUC prevê a existência de um Conselho Gestor, que é um fórum ideal para as discussões territoriais, com caráter consultivo para os Parques Nacionais e deliberativo aplicado ao caso das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (Brasil, 2000). O atual conselho do PND está em fase de institucionalização, já tendo definido os setores com assento e respectivos representantes, restando apenas os trâmites legais junto ao ICMBio.

Há uma série de fragilidades que interferem na efetividade de gestão do PND e no alcance de seus objetivos, podendo ser citadas: carência de pesquisas que orientem as atividades da gestão e tomada de decisões do conselho, resultando em lacunas quanto à proteção de valores, como, por exemplo, o monitoramento de espécies chave; dificuldades orçamentárias

(não existência de um orçamento estável), sendo grande parte dos recursos captados em editais externos.

Decorre dessa fragilidade orçamentária, por exemplo, o fato de a sede do parque, localizada na cidade do Prado (BA), ser compartilhada com outros órgãos governamentais, em um espaço de uma casa alugada, além de insuficiente infraestrutura para a área do PND, fator limitante para o atendimento ao público, ações de educação ambiental e pesquisa.

O PND integra o projeto Bosque Modelo Hileia Baiana, que é uma iniciativa de gestão territorial integrada. Também faz parte do mosaico de áreas protegidas na região do Extremo Sul da Bahia. Devido ao seu potencial biológico, tem sido reconhecida por outras importantes designações internacionais, tais como *Important Bird and Biodiversity Area (IBA)* e *Alliance for Zero Extinction site (AZE)*, ambos projetos renomados, destinados à proteção da fauna selvagem e fomentadores de recursos para a biodiversidade (IUCN WCPA, 2019).

A situação atual do PND é de uma UC ainda em processo de efetiva implementação, e que apresenta importantes fragilidades estruturais, muitas das quais estão sendo enfrentadas por uma equipe de servidores efetivos e terceirizados reduzida, mas qualificada e comprometida com os objetivos do PND. Os resultados desta pesquisa apontam caminhos para o aprimoramento dos instrumentos de gestão do PND, contribuindo para o fortalecimento do SNUC na região extremo sul da Bahia.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O índice geral de efetividade atingido pelo Parque Nacional do Descobrimento foi de 61,90%, indicando nível alto de efetividade de gestão, mas este valor é o mais baixo na escala de efetividade alta. Os resultados demonstram que as fragilidades encontradas na gestão do PND exigem da equipe uma capacidade adaptativa constante, assim como ter de lidar com um quadro orçamentário restrito, ao mesmo tempo em que projetos do PND são dependentes de financiamentos externos, necessários à concretização de importantes mudanças, como, por exemplo, o fomento à pesquisa, a educação ambiental e a divulgação.

Atualmente, o PND tenta implementar uma política de fortalecimento regional, que incentiva o uso público do parque pela comunidade local como forma de valorização do território, bem como envolver a comunidade do entorno. A dinâmica que se estabelece na ZA do PND, com diversos interesses em uso e apropriação do solo, impõe desafios complexos à gestão da UC.

Entre os principais conflitos históricos na área está a relação da UC com as comunidades indígenas que vivem em sobreposição com a área da UC. Todavia, a assinatura, em 2018, do

Termo de Compromisso entre o ICMBio e a Terra Indígena Comexatibá para o uso compartilhado de parte do PND, ao que parece amenizou esta relação conflituosa.

Cabe destacar que o apoio das comunidades locais é importante para a UC, pois muitas ações da gestão dependem do envolvimento da sociedade regional. Por outro lado, a política estatal<sup>5</sup> vem constantemente fragilizando a governança ambiental, o que inclui a redução de repasses orçamentários, que, como demonstrado, é bastante decisivo para o alcance de bons índices de efetividade.

Em suma, o PND possui apenas 23 anos de existência, sendo uma UC recente, de forma que muitos dos desafios identificados nesta pesquisa ainda não foram superados pela gestão. Apesar disso, ações muito relevantes têm sido consideradas pela atual gestão, que até o final dessa pesquisa havia iniciado as oficinas para reformulação do Plano de Manejo, bem como atividades de educação ambiental, como a campanha “Caça não! O alvo é a conservação!”, que conta com a elaboração de materiais educativos<sup>6</sup>, além de estratégias de conectividade por corredores ecológicos entre UCs, que também estão em curso. Uma iniciativa de cunho simbólico extremamente significativa é a proposta de mudar o nome do parque, como forma de criar maior vínculo com as populações tradicionais que vivem no Extremo Sul da Bahia. Reuniões estão sendo realizadas com esse objetivo, sendo que uma das sugestões para o novo nome da UC, que foi sugerido por um membro indígena do Conselho Consultivo, é “*Maturembá*”, que significa Mata Grossa.

Cabe ressaltar que até o final dessa pesquisa houve a publicação do Termo de Homologação do Conselho Consultivo do PND, pela Portaria do ICMBio nº 889, de 22 de março de 2023. E no nível institucional, percebe-se uma tendência nacional do ICMBio pela contratação de servidores temporários (Agentes Temporários Ambientais – ATAs e Brigadistas), o que pode ser avaliado como uma tentativa de superar os desafios quanto aos recursos humanos das UCs brasileiras.

## 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiara Messias de et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 5-18, 2008.

---

<sup>5</sup> Esta pesquisa foi iniciada no ano de 2021 e finalizada no ano de 2023, período em que houve mudanças no contexto político nacional.

<sup>6</sup> Foram produzidos o Podcast “Olha o bicho podcast”, que está disponível em plataformas digitais, revistas em quadrinhos e cartazes para fixar em espaços públicos, além de *spots* para rádios.

ALMEIDA, D. S.; NUNES, B. G.; COUTO, P. G. ARAÚJO, R. P.; RIOS, R. **Rede de Reservas Particulares Interligadas do entorno do Parque Nacional do Descobrimento**. Proposta da Ameparna para conservação ambiental do entorno do Parque Nacional do Descobrimento. Prado. Bahia. 2006.

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 22, p. 18-37, 2007.

ARAÚJO JÚNIOR, Luiz Carlos de; AGRA FILHO, Severino Soares. Estudo comparativo entre três diferentes métodos de avaliação da efetividade de gestão de áreas protegidas. **GESTA**, v. 3, n. 1 – Junior e Agra Filho, p. 232-241, 2015.

ARAÚJO, M.; ALGER, K.; ROCHA, R.; MESQUITA, C. Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. In: **Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas**. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998.

BANZATO, Barbara de Moura; GIANESELLA, Sônia M. F. **Efetividade de gestão de unidades de conservação marinhas: estudos de caso no Estado de São Paulo**. In: (Org.) Pedro Roberto Jacobi. Conhecimento interdisciplinar, governança ambiental e sociedade. São Paulo: IEE-USP e PROCAM-USP, 2016. 1ª Edição.

BERNARD E, PENNA LA, ARAÚJO E. Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. **Conserv Biol**. 2014 Aug;28(4):939-50. Doi: 10.1111/cobi.12298. Epub 2014 Apr 11. PMID: 24724978.

BRANDÃO, C. DOS S.; SCHIAVETTI, A. Efetividade da gestão do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: uma avaliação temporal. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 2, 29 jul. 2017.

BRASIL. **Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Pará**. WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: WWF-Brasil, 2011. 64 p.

BRASIL. **O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade** / Ministério do Meio Ambiente, Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Conservação Internacional, 2006. 52 p.

BRASIL. **Plano de manejo do Parque Nacional do Descobrimento**. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF. 2014 v.1 292 p.

COAD, Lauren et al. Measuring impact of protected area management interventions: current and future use of the Global Database of Protected Area Management Effectiveness. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 370, n. 1681, p. 20140281, 2015.

COSTA, André Luis Souza da. **Efetividade de gestão da área de proteção ambiental Triunfo do Xingu: desafios de consolidação de uma unidade de conservação na região da Terra do Meio, estado do Pará**. 2013.

CUNHA, Bartolomeu Bueno; ARAÚJO, Rogério César Pereira. Avaliação das pressões e ameaças ambientais sobre o Parque Nacional de Ubajara-Ceará: Uma perspectiva da efetividade de gestão. **REDE-Revista** Eletrônica do Prodema, v. 8, n. 1, 2014.

DA CRUZ, Camila Aparecida; SOLA, Fernanda. As unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, v. 22, n. 2, p. 208-227, 2017.

DA SILVA, Cristiane Peres et al. EFETIVIDADE DE GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO, TOCANTINS, BRASIL. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 4, p. 217-230, 2019.

DE SANTANA, S. O. et al. **Solos da região sudeste da Bahia**: atualização da legenda de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2002.

Drummond J. **O Sistema Brasileiro de Parques Nacionais: Análise dos Resultados de Uma Política Ambiental**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

DOMINGUES, J. M. L. (org). **Projeto Costa do Descobrimento: avaliação da potencialidademineral e subsídios ambientais para o desenvolvimento sustentado dos municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro e Prado**. Salvador, CBPM, p.163. 2000.

DUDLEY, Nigel (Ed.). **Diretrizes para aplicação de categorias de manejo de áreas protegidas**. UICN, 2008.

ERVIN J. WWF: Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management (RAPPAM) Methodology. **WWF, Gland, Switzerland**. 2003. 52 p.

FARIA, H.H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo instituto florestal de São Paulo, Brasil**. 2004. 401p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro. 2004.

FONSECA, G. A. B.; ALGER, K.; PINTO, L. P.; ARAÚJO, M.; CAVALCANTI, R. 2004. **Corredores de biodiversidade: o Corredor Central da Mata Atlântica**. In: Arruda, M. B.; Sá, L. F. S. N. Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil. Brasília: IBAMA. P. 47-65

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; DUDLEY, N. Evaluating effectiveness: a framework for assessing the management of protected areas. Gland, Switzerland: **IUCN**, 2000.

HOCKINGS, Marc. Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas. 2a ed. Gland, Switzerland: **IUCN**. 2006.

HOCKINGS, Marc; LEVERINGTON, Fiona; COOK, Carly. Eficácia da gestão de áreas protegidas. **Governança e gestão de áreas protegidas**, p. 889-928, 2015.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Relatório de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe. 2021. Disponível em: <http://samge.icmbio.gov.br/Samge/696/2021/Relatorio>. Acesso em: 20 ago 2022.

ICMBIO; WWF-Brasil. Efetividade de Gestão das unidades de conservação federais. Avaliação comparada das aplicações do método Rappam nas unidades de conservação federais, nos ciclos 2005-06 e 2010. Relatório em versão integral. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, WWF-Brasil. Brasília: ICMBio. 2012.

ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento**. Brasília. DF. 2014

IUCN WCPA. PARKS. The International Journal of Protected Areas and Conservation, Volume 25.2, Gland, Switzerland: IUCN, (2019).

LIMA, G. S; RIBEIRO, G. A; GONÇALVES, W. Avaliação da Efetividade de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral em Minas Gerais. *Revista Árvore*. Viçosa, MG. 2005. V.29, n.4, p. 647-653.

LEDERMAN, Márcia Regina; ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. **Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação**. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF-Brasil, p. 119-135, 2012.

LEVERINGTON, Fiona et al. Uma análise global da eficácia da gestão de áreas protegidas. *Gestão ambiental*, v. 46, p. 685-698, 2010.

LIMA, Samila Bezerra; DE OLIVEIRA, Alessandro Lemos. Educação Ambiental e cidadania por meio da educação formal. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 17, n. 6, p. 420-439, 2022.

MARCHIORO, Gabriel Botelho et al. Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. *Megadiversidade*, v. 1, n. 2, p. 225-310, 2005.

MASCIA, Michael B.; PAILLER, Sharon. Rebaixamento, redução do tamanho e desclassificação de áreas protegidas (PADDD) e suas implicações para a conservação. *Cartas de conservação*, v. 4, n. 1, pág. 9-20, 2011.

MASULLO, Yata; GURGEL, Helen; LAQUES, Anne. Métodos para avaliação da efetividade de áreas protegidas: conceitos, aplicações e limitações. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 16 (março). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 203-226, 2019.

MENDONÇA, F. **Geografia socioambiental**. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: UFPR, 2002. P. 121-144.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403, 853-858, 2000.

NEVES, Frederico Monteiro et al. Fatores de vulnerabilidade às mudanças climáticas no extremo sul da Bahia (Brasil). *Sociedade & Natureza*, v. e62222, 2022.

OLDEKOP, J. A., HOLMES, G., HARRIS, E. W., EVANS, K.E. *A global assessment of the social and conservation outcomes of protected areas*. **Conservation Biology**. 2015.

PÁDUA, M.T.J. **Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. In: (Org.) MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F.F. Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2012. P. 21-36.

PAVIOLLO, A.; BLANCO, Y. E. Di.; ANGELO, C. D. De; BITETTI, M. S. Di. Protection affects the abundance and activity of Pumas in the Atlantic Forest. **Journal of Mammalogy**, v. 90, n. 4. 2009.

PEIXOTO, LIVIO BRUNO OLIVEIRA. **Efetividade de gestão em unidade de conservação de proteção integral federal do norte fluminense: uma comparação de metodologias empregadas no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Ambiental) –Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Rio de Janeiro.

PIMENTEL, Douglas de Souza; MAGRO, Teresa Cristina. The symbolic sphere and social representations of Serra da Tiririca State Park, Rio de Janeiro, Brazil. *Soc. Nat.* (Online) [online]. 2011, vol.23, n.2, pp.275-283.

PELEGRINI, Djalma Ferreira; VLACH, Vânia Rúbia Farias. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 187-196, 2011.

PONTES JÚNIOR, Euripedes; FERNANDES, Geraldo Wilson; ALMEIDA NETO, Prudente Pereira. Fatores a serem observados na criação de Áreas Protegidas: o caso do Parque Nacional do Descobrimento (Prado/BA). **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 1-14, 2022.

PONTES JUNIOR, E. **Análise da efetividade da gestão do Parque Nacional do Descobrimento**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual de Montes Claros. 2016.

PROTECTED PLANET. Protected Planet Report 2020: Tracking progress towards global targets for protected and conserved areas/Methodologies. 2020.

ROMA, Júlio Cesar; CORADIN, Lidio. **A governança da convenção sobre diversidade biológica e sua implementação no Brasil**. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAVIANO, M., DI NAUTA, P., MONTELLA, M., & SCIARELLI, F. The Cultural Value of Protected Areas as Models of Sustainable Development. **Sustainability**, 10(5), 1567, 2018.

SCARANO, FR. Ecosystem-based adaptation to climate change: concept, scalability and a role for conservation science. **Perspectives in Ecology and Conservation**, 15(2):65–73. 2017.

SCHARLEMANN, Jrn P.W. *et al.*, Securing tropical forest carbon: The contribution of protected areas to REDD. **Oryx**, v. 44, n. 3, p. 352–357, 2010.

SCHIAVETTI, Alexandre; MAGRO, Teresa Cristina; SANTOS, Michele Silva. Implementação das unidades de conservação do corredor central da mata atlântica no estado da Bahia: desafios e limites. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.36, n.4, p.611-623, 2012.



SILVA, Roberta Neri da. **Ambientalismo e soluções mágicas: a sobreposição de conceitos, território e normas no conflito entre a terra indígena comexatibá e o parque nacional do descobrimento**. 2019.

SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Período 2015-2016, Relatório Técnico. São Paulo, 2017.

STOLTON, S.; DUDLEY, N. METT Handbook: A guide to using the Management Effectiveness Tracking Tool (METT). Woking, UK: WWF. 2016.

SOUZA, C.B.G. **A contribuição do CAR para o ordenamento territorial em São Félix do Xingu – Pará**. Encontro Nacional ANNPAS. 6. Belém. 2012. 16p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. IN: CASTRO, Iná Elias de. Et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p

STOLL-KLEEMANN, Susanne. Avaliação da eficácia da gestão em áreas protegidas: Metodologias e resultados. **Ecologia Básica e Aplicada**, v. 11, n. 5, pág. 377-382, 2010.

STOLL-KLEEMANN, Susanne; JOB, Huberto. A relevância de áreas protegidas eficazes para a conservação da biodiversidade: Uma introdução. **Gaia-Perspectivas Ecológicas para Ciência e Sociedade**, v. 17, n. 1, pág. 86-89, 2008.

WATSON, J.E.M., DUDLEY, N., SEGAN, D.B. AND HOCKINGS, M. (2014). The performance and potential of protected 41onst. *Nature* 515: 67–73, DOI: 10.1038/nature13947

WWF-BRASIL; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais no Brasil: resultados de 2010**. WWF-Brasil, 2012.

WWF. **Padd em unidades de conservação na Amazônia**. 2018.

YOUNG, C. E. F; MEDEIROS, R. **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Conservação Internacional, 2018. 180p.

## 5 CAPÍTULO 2:

### **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL REGIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO, BAHIA, BRASIL**

Sirleide Santana Rocha  
Frederico Monteiro Neves

#### **RESUMO**

As Unidades de Conservação (UC) são espaços criados e projetados para contribuir com a manutenção da funcionalidade e integridade de ecossistemas, criando refúgios para espécies biológicas, que garantem a oferta de serviços ecossistêmicos, além de valores culturais e econômicos. A criação destes espaços também enseja várias alterações nas dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais, podendo gerar conflitos socioambientais regionais. O presente estudo tem por principal objetivo analisar o papel do Parque Nacional do Descobrimento (PND) para uma sustentabilidade territorial regional, considerando os conflitos socioambientais como indicadores importantes da relação da UC com o território onde está inserida. Para isto, buscou-se compreender as percepções dos membros do Conselho do PND por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciam que as percepções dos membros estão alinhadas quanto a importância da UC para a proteção da biodiversidade. Todavia, há posicionamentos antagônicos sobre a relação entre a UC e as comunidades indígenas, o que pode limitar a cooperação do Conselho. A assinatura de um Termo de Compromisso entre a Comunidade Indígena Pataxó e a gestão do PND carrega um grande simbolismo, pois indica que os interesses de ambas as partes estão sendo contemplados. Quando os objetivos de conservação estão alinhados com a proteção e respeito aos meios de vida de comunidades tradicionais, havendo também o envolvimento da comunidade local, tem-se um caminho para resolução de conflitos territoriais em UCs, onde os interesses não se sobrepõem, mas se conectam.

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Unidades de Conservação; Conflitos territoriais; Sustentabilidade Territorial.

### **REGIONAL TERRITORIAL CONSERVATION AND SUSTAINABILITY UNITS: EM ANALYSIS FROM THE DISCOVERY NATIONAL PARK, BAHIA, BRAZIL**

#### **ABSTRACT**

Protected Areas (AP) are created and designed to contribute to maintaining the functionality and integrity of ecosystems, creating refuges for biological species, which guarantee the ecosystem services, in addition to cultural and economic values. The creation of these spaces also involves several changes in socioeconomic, cultural and environmental dynamics, which can generate regional socio-environmental conflicts. The main objective of this study is to analyze the role of the National Discovery Park (PND) for regional territorial sustainability, considering socio-environmental conflicts as indicators of the UC's relationship with the territory in which it is located. To this end, we sought to understand the perceptions of the members of the PND Council through semi-structured interviews. The results show that the perceptions of the members are approved regarding the importance of the UC for the protection of biodiversity. However, there are antagonistic positions on the relationship between the UC and indigenous communities, which may limit the Council's cooperation. The signing of a Commitment between the Pataxó Indigenous Community and the management of the PND carries great symbolism, as it indicates that the interests of both parties are being considered. When conservation objectives are aligned with the protection and respect for the livelihoods of traditional communities, and also with the involvement of the local community, there is a path to resolving territorial conflicts in UCs, where interests do not overlap, but they connect.

#### **Key Words:**

Protected areas; Territorial conflicts; Territorial Sustainability.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a criação de UCs destaca-se como a principal ação governamental para a proteção da biodiversidade (BRASIL, 2011). Sob outra perspectiva, há também questões bastante problemáticas sobre a intervenção estatal na criação de UCs, que resultam em processos de desterritorialização e, potencialmente, em conflitos socioambientais. Leuzinger (2007) critica a insuficiência de critérios na Lei do SNUC para a instituição de UCs, permitindo que a criação ocorra pelos mais diversos tipos de interesses. A falta de estudos mais aprofundados dos processos de implementação de UCs é bastante problemática, principalmente quando estas áreas são ocupadas por comunidades tradicionais, gerando conflitos, pois o regime jurídico da UC não permite a permanência destas comunidades nos parques oficialmente criados.

A maioria dos conflitos socioambientais em UCs surge em decorrência de processos de desterritorialização. Contudo, os conflitos de interesse não se limitam somente as comunidades que lutam pelo território, eles se estendem também a diversos segmentos sociais, que também possuem interesse em dispor dos recursos contidos nas UCs (FERREIRA et al., 20016; DE ARAUJO e DE OLIVEIRA, 2017). Sendo assim, a gestão das UCs depara-se com cenários de forças muitas vezes antagônicas, que disputam a ocupação do território e apropriação dos recursos, como as disputas por terras, por potencial energético no uso de rios, por recursos pesqueiros, extração de madeira, minerais, de vegetais para produção de cosméticos, alimentos e remédios, além dos interesses paisagísticos pelo setor imobiliário e turístico, intensificando outras problemáticas (MARTINS, 2012).

Na concepção da ecologia política, os problemas e conflitos ambientais não devem ser analisados de forma isolada, mas compreendidos no contexto socioeconômico e político, reconhecendo o papel importante dos atores sociais em diferentes níveis, do local, regional e global (MARTINEZ-ALIER, 2007). Vissetine (1989) salienta que as escolhas sobre o que, onde e como preservar não estão isentas das relações de poder e não excluem as lutas pelo controle e uso do território.

A ecologia política postula que os grupos sociais com maior poder econômico e político possuem mais acesso aos recursos naturais, além de uma maior capacidade de degradação do que os grupos mais vulneráveis, que utilizam os recursos como fonte primária de sobrevivência (JATOBÁ, 2006). Para essa abordagem, o território é resultante de uma construção política com interações desiguais de poder e objetivos por vezes divergentes, sendo o Estado um importante ator envolvido nos conflitos socioambientais.

Diegues (2000) indica que a adoção do modelo ecológico e cultural norte-americano, que não faz distinção entre as várias formas de sociedade e considera que toda relação sociedade e natureza destrói o mundo natural e selvagem – a *wilderness*, não se aplica ao contexto dos países tropicais do Sul. Logo, as crises inerentes à implementação de UCs em especial as de proteção integral, como os Parques Nacionais e Reservas Biológicas, são enraizadas em ideologias preservacionistas.

Para a resolução dos problemas que envolvem a existência das Unidades de Conservação é preciso considerar soluções socialmente justas e ambientalmente corretas, que atendam as premissas constitucionais e que garantam o direito e acesso ao ambiente equilibrado das atuais e futuras gerações (LEUZINGER, 2007).

Ainda assim, diante da crise ambiental contemporânea resultante da implementação de modelos de desenvolvimento econômicos sem nenhuma racionalidade ambiental, a criação de UCs continua sendo uma importante ferramenta em conter as pressões antrópicas sobre o ambiente natural, garantindo os serviços ecossistêmicos, a manutenção dos interesses socioculturais e com enorme potencialidade de contribuir para o desenvolvimento em bases mais sustentáveis. Cabe evidenciar que atualmente as UCs abrigam os maiores e últimos remanescentes com alta biodiversidade do globo (BRAVO, 2011; SANTOS, 2009; VIEIRA e PAZINATO, 2019; COSTA, 2013). Em 2021, foi publicado no relatório da ONU denominado “Estado dos povos indígenas no mundo” que menos de 5% da população mundial é representada por povos indígenas, contudo os povos originários protegem cerca de 80% da biodiversidade do planeta (ONU, 2021).

As áreas naturais protegidas são espaços criados e projetados para contribuir com a conservação da natureza por meio da manutenção da funcionalidade e integridade de ecossistemas, criando refúgios para espécies biológicas, que garantem a oferta de serviços ecossistêmicos, além de valores culturais e econômicos (DUDLEY, 2008; OLDEKOP *et al.*, 2015; YOUNG & MEDEIROS, 2018). Contudo, é frequente que não haja ampla consciência sobre tais benefícios, até mesmo pela própria população que os usufrui diretamente.

Exemplo disso são as contribuições significativas para evitar emissões de carbono por desmatamento evitado. No ano de 2016 as UCs brasileiras impediram a emissão de um estoque total de 10,5 GtCO<sub>2</sub>, o que equivale a 4,6 vezes a emissão bruta de gases de efeito estufa para aquele ano, bem como um valor monetário de estoque de carbono conservado que gira em torno de 130,2 bilhões de reais. Segundo estimativas conservadoras, esse valor corresponde a R\$ 3,9 a R\$ 7,8 bilhões em fluxos anuais de benefício por conservação. Estudos apontam que UCs de

proteção integral apresentam percentuais mais significativos para reduzir emissões por desmatamento evitado (YONG e MEDEIRO, 2018).

Além disso, aproximadamente 9% da água utilizada para consumo humano no Brasil são retiradas do interior das UCs, sem mencionar que os Parques Nacionais com controle de visitantes produzem altos impactos econômicos positivos, por meio do turismo, sendo que a cada um real investido pelo ICMBio para gestão das UCs são gerados sete em benefícios econômicos. Em 2015, 70 UCs federais receberam 8 milhões de visitantes, destes sete milhões foram para 38 Parques Nacionais. O valor gasto por esses visitantes nos municípios do entorno das UCs foi de R\$ 1,1 bilhão, revertidos para a economia regional e nacional, e contribui para a geração de 43 mil empregos. A maior contribuição direta foi registrada pelo setor de hospedagem, com R\$ 267 milhões em vendas diretas, seguido do setor de alimentação com R\$ 241 milhões. Esses valores são superiores aos recursos necessários a manutenção das UCs (YONG e MEDEIRO, 2018).

Uma visão sistêmica e conjunta entre UCs que se conectam tem um enorme potencial de aperfeiçoar ações em prol da conservação da biodiversidade, da sociobiodiversidade e contribuir para um desenvolvimento econômico, social e cultural em bases mais sustentáveis (PELLIN *et al.*, 2017). O Artigo 26º do SNUC (Lei 9.985/2000) prevê que, quando existirem UCs próximas, sobrepostas ou justapostas, deverá ocorrer uma gestão integrada e participativa entre elas.

A criação do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES) teve como principais objetivos: (1) fortalecer e integrar a rede de áreas protegidas do Extremo Sul da Bahia; (2) influenciar as políticas públicas locais e regional, com maior capacidade de inserção dos planos de gestão territorial de forma participativa; (3) contribuir para a criação e o fortalecimento de corredores entre as UCs, visando também o fortalecimento das comunidades indígenas, de pescadores, quilombolas e agricultores familiares, com base nos valores socioculturais do território (BRASIL, 2012).

Fazem parte do MAPES 12 Aps, sendo cinco de nível federal: os Parques Nacionais do Monte Pascoal, Pau-Brasil e do Descobrimento (PND), a Reserva Extrativista do Corumbau e o Refúgio da Vida Silvestre do Rio dos Frades. Essas UCs estão distribuídas entre três municípios do extremo sul baiano: Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Prado. Nesta região, as zonas de amortecimento sofrem diversas pressões antrópicas e conflitos de interesses. No âmbito estadual, integram o MAPES as Áreas de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso e Coroa Vermelha; no âmbito municipal, faz parte ainda o Parque Municipal do Recife de Fora, além de quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Veracel, Rio Jardim, Carroula e Mamona

(BRASIL, 2012). Não foi contemplado na abrangência do MAPES sete TI, que são: TI Tupinambá de Belmonte, TI Mata Medonha, TI Coroa Vermelha, TI Aldeia Velha, TI Imbiriba, TI Barra Velha, TI Águas Belas e TI Comexatibá.

A sobreposição territorial entre TI e UCs deu origem a uma sequência de conflitos socioambientais na região do extremo sul da Bahia, a começar pela criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 1961. Há o entendimento implícito neste trabalho de que o contexto histórico das lutas territoriais indígenas na região é muito mais complexo e antecede a criação do PND.

O PND foi criado pelo Decreto s.n., de 20 de abril de 1999, possui cerca de 19,71% da sua área em sobreposição com a TI Comexatibá, como previsto pelo modelo de Unidade de Proteção Integral (UPI), a sua criação limitou o acesso/utilização da área do parque pelos indígenas, bem como a permanência das comunidades indígenas no interior da UC, gerando conflitos entre gestão da UC e os povos indígenas (SILVA, 2019). As questões conflituosas se atenuaram após a adesão do Termo de Compromisso, assinado no ano de 2018, regularizando o uso e ocupação da área sob dupla afetação da UC e TI, definindo o etnozонеamento da área de sobreposição em zona de uso intensivo, zona de uso intermediário e uso restrito.

Pensar em uma gestão conjunta que vise adequar as ações de conservação ao contexto regional pode pacificar conflitos existentes no território. É a partir dessa compreensão que o presente estudo se delinea. O contexto social e histórico no qual se deu a criação do PND não se restringe à definição e gestão de sua área territorial.

Em meio a esse complexo contexto, o presente estudo tem por principal objetivo analisar o papel do PND na sustentabilidade territorial regional, considerando os conflitos socioambientais como indicadores importantes da relação da UC com o território onde se encontra inserida.

## **2. METODOLOGIA**

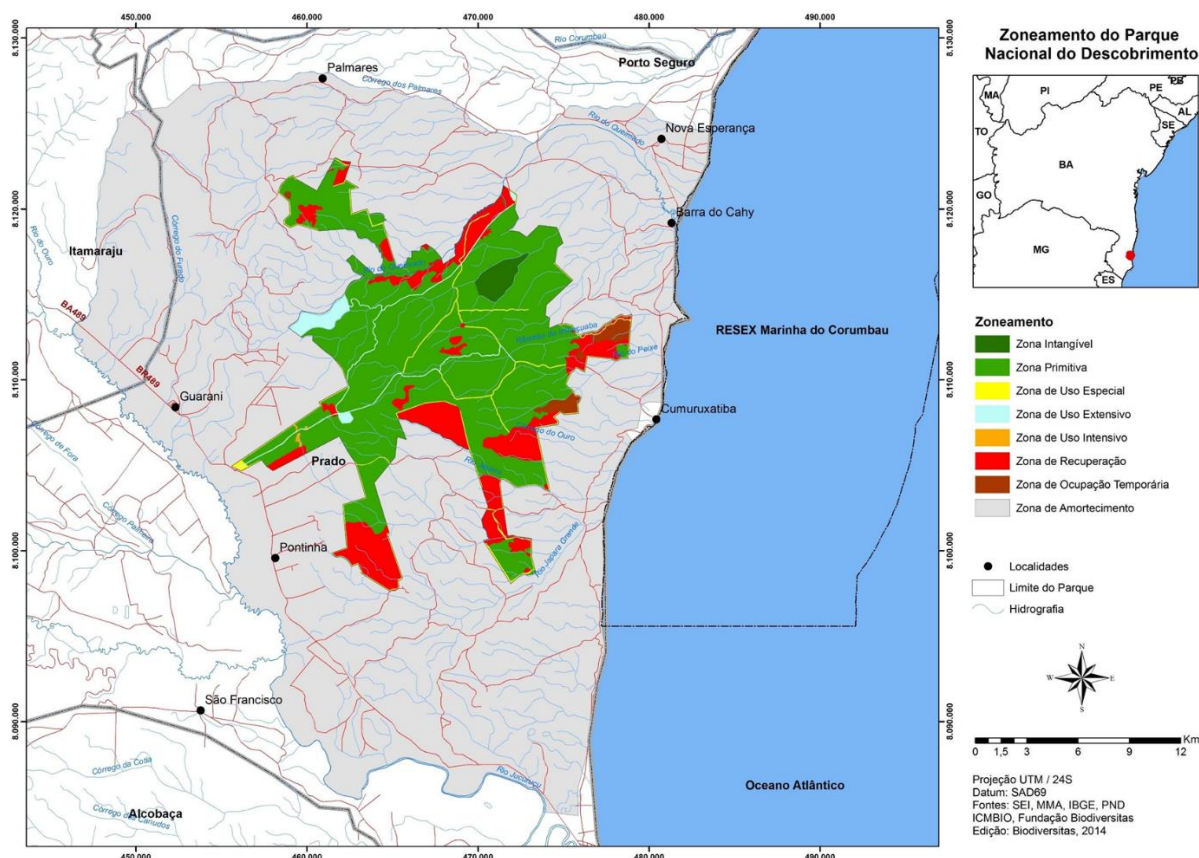
### **Área de Estudo**

O Parque Nacional do Descobrimento (PND) tem 22.693,97 hectares e está localizado no município de Prado, Extremo Sul da Bahia (fig. 1), tendo sido criado por Decreto em 20 de

abril de 1999, com ampliação por decreto em 5 de junho de 2012. Faz parte do bioma Mata Atlântica, importante hotspot<sup>7</sup> de biodiversidade, reconhecido internacionalmente.

O PND compartilha as particularidades de uma floresta tropical quente e úmida. Fatores como a proximidade oceânica e a geomorfologia contribuem para a umidade, não tendo a região uma estação seca definida. A fitofisionomia predominante no interior do parque é de floresta ombrófila densa, com árvores de grande porte (25 a 40 metros), dispostas não homogeneamente por conta dos anos de exploração madeireira anteriores à criação da UC. Em relação à fauna, o Plano de Manejo indica 688 espécies encontradas na Mata Atlântica, sendo 181 endêmicas (BRASIL, 2014).

**Figura 1: Localização e zoneamento do Parque Nacional do Descobrimento.**



**Fonte:** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Ministério do Meio Ambiente/ Brasil, 2014.

<sup>7</sup> *Hotspot* são áreas com rica biodiversidade e elevado nível de endemismo, que estão ameaçadas de extinção (MYERS, 1988).

### **Instrumentos, coleta de dados e método de análise**

Esta pesquisa foi realizada com os membros do Conselho Consultivo (CC) do PND entre os anos de 2022 e 2023. O CC é composto por representantes dos seguintes setores: órgãos públicos ambientais dos três níveis da Federação (3 vagas); setor público de áreas afins dos três níveis da Federação (5 vagas); Usuários do Território – setor do agronegócio (2 vagas), mineração (1 vaga), agricultura familiar e pesca (6 vagas), comunidade indígena (6 vagas) e turismo (2 vagas); colegiado e Organizações Não-Governamentais (2 vagas); e Instituições de ensino, pesquisa e extensão (2 vagas). O Conselho é formado por membros que fazem parte dos diversos espaços da sociedade e que inclusive utilizam a Zona de Amortecimento da UC.

Ao todo, foram realizadas 17 entrevistas, que buscaram verificar a percepção dos membros do Conselho a respeito do papel da UC em questão, além de explorar questões da relação com a comunidade indígena bem como a existência de conflitos que podem ou fizeram parte do contexto institucional. Foram consideradas também questões com temáticas atuais, associadas à crise socioambiental contemporânea, como, por exemplo, a temática das mudanças climáticas, serviços ecossistêmicos, políticas ambientais e a relação da UC com a sociedade regional.

Esta pesquisa objetivou compreender as percepções dos membros do Conselho do PND através de entrevista semiestruturada composta por 20 questões abertas (DUARTE, 2004). A maioria das entrevistas ocorreu de modo virtual e individual, tendo sido gravadas para posterior transcrição. Todos os entrevistados consentiram em participar da pesquisa através da leitura e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados coletados foram tabulados e sistematizados de modo a formar significados acerca das percepções e conhecimentos compartilhados pelos entrevistados, estabelecendo indicadores que permitam essa avaliação (MINAYO, 2005). As ressalvas e comentários apontados pelos entrevistados para além das perguntas também foram considerados como elementos analíticos.

As respostas aos questionários não passaram por correções, dessa forma foram transcritos literalmente da forma que foram ditadas. A fim de assegurar o anonimato dos participantes, os membros serão identificados pela letra M' de membro(a), seguida do número aleatório de diferenciação dos entrevistados. Compreendendo que a comunidade indígena faz parte do contexto dos conflitos socioambientais envolvendo a UC em estudo, fez-se necessário identificar diferencialmente os dois membros indígenas entrevistados, portanto, as letras MI' (membro indígena) mais número aleatório, que representa os membros da comunidade indígena Comexatibá.



As perguntas contidas nos questionários foram associadas conforme o contexto e intencionalidade, da seguinte maneira: o Grupo A é formado por questões relacionadas a aspectos específicos da UC, como “Objetivos”, “Plano de Manejo”, “Valores e ameaças”. O Grupo B visa captar percepções sobre as questões ambientais, como mudanças climáticas, serviços ecossistêmicos e biodiversidade. Já o Grupo C corresponde à relação da UC com a comunidade indígena, e envolve conflitos e etnozoneamento. Por fim, o Grupo D são as perguntas direcionadas a entender as contribuições da UC para a sustentabilidade territorial, bem como os aspectos políticos das questões ambientais e a cooperação de demais atores para a conservação da biodiversidade (Quadro 1).

Quadro 1. Questionário aplicado aos membros do conselho da UC.

<b>Grupo A: Perguntas de 1 a 5 – Aspectos específicos da UC</b>	
1	Informe quais são os principais objetivos do PND?
2	Você acredita que estes objetivos estão sendo atingidos pela gestão?
3	Você considera que o plano de manejo é importante para a UC?
4	Atualmente, quais são os principais valores que a UC protege?
5	Você conhece alguma ameaça para o PND?
<b>Grupo B: Perguntas de 6 a 10 – Questões ambientais</b>	
6	Você considera a biodiversidade como elemento importante para a vida da sociedade regional?
7	Você considera importante a elaboração de planos de gestão que incluam as mudanças climáticas?
8	Você acha que as mudanças climáticas já estão impactando a região extremo sul da Bahia?
9	O que você entende por serviços ecossistêmicos?
10	Você considera que a iniciativa de criar programas de educação ambiental são ou deveriam ser prioridade para a gestão?
<b>Grupo C: Perguntas de 11 a 15 – Relação entre comunidade indígena e UC</b>	
11	Você conhece os motivos do conflito que ocorreu após a criação da UC, entre a comunidade indígena e gestão?
12	Você considera que o Termo de Compromisso teve papel fundamental em possibilitar uma relação mais harmoniosa entre a comunidade e a gestão da UC?
13	Existem situações entreabertas (delicadas ou não resolvidas) que podem ser propulsoras de novos conflitos?
14	Em sua visão, é apropriada a ‘dupla afetação’ entre os regimes de Proteção Integral e Uso Sustentável?
15	A criação de zonas de uso intensivo e uso intermediário são suficientes para atender as demandas das comunidades indígenas e os objetivos da UC?
<b>Grupo D: Perguntas de 16 a 20 – Contribuições da UC para sustentabilidade territorial</b>	

16	A responsabilidade pela conservação da biodiversidade na região é somente da esfera federal, no caso do ICMBio ou quais outras instituições teriam esse papel?
17	Como o PND contribui para o desenvolvimento regional mais sustentável na região do extremo sul da Bahia?
18	A UC é uma ilha isolada na região ou ela interage com a sociedade do entorno?
19	Você considera que o contexto político nacional influencia no funcionamento das Unidades de Conservação? De que forma?
20	Em um cenário hipotético que a UC não existisse, como você idealiza o espaço que ela ocupa hoje em termos da cobertura vegetal e biodiversidade?

Fonte: Dados da Pesquisa

### 3. RESULTADOS

Os entrevistados apresentam o seguinte perfil: quatro mulheres e treze homens, com idades entre 23 a 55 anos, com diferentes níveis de escolaridade, sendo todos moradores da região há pelo menos dois anos.

O Conselho Consultivo atua como um instrumento de consulta, que auxilia os gestores na tomada de decisão, além de contribuir para a elaboração de estratégias futuras. Ao analisar as respostas referentes ao Grupo A, os discursos revelaram que os sujeitos compreendem quais são os principais objetivos da UC. Todos os entrevistados relacionaram os objetivos da UC com a conservação da natureza, biodiversidade, floresta ou terminologias similares.

No meu entendimento dos principais objetivos do PND é a preservação do parque, né?! A proteção do seu entorno, a preservação das comunidades existentes diretamente ligadas ao parque. Por fim, a condução de políticas que possam trazer a comunidade e a sociedade para conhecer os aspectos do parque em relação à visitação. Então, a partir daí criar uma consciência de preservação da unidade (M 12).

Preservar a floresta, a biodiversidade (M 14);

Aqui, os entrevistados apresentam uma visão positiva sobre o atingimento dos objetivos do Parque, mas ressaltam a necessidade de maior envolvimento da comunidade.

Eu acredito que existe o caminho que tá sendo tomado é um caminho correto de gestão. Obviamente as melhorias são necessárias e correções durante o percurso, né? Porque cada gestor que entra ele tem uma visão muito pessoal de cada tema que é abordado, né? O conselho do Parque é uma ferramenta super importante para que essa gestão seja realmente compartilhada, onde os interesses tem que ser abordados e obviamente que o interesse maior é a proteção do PND, que tem que estar sempre em primeiro plano (M 12).

Estão sendo atingidos [os objetivos], mas pode ser melhorado se eles estiverem junto com as comunidades, sabendo como tem que trabalhar, como deve ser feito. Apesar de todo o conhecimento que eles têm, os nossos anciões que sempre cuidaram da nossa mata, eles não precisaram de nenhuma escolaridade pra deixar tudo que é bonito em pé (MI 11).

Quanto ao Plano de Manejo, todos concordaram que é importante para o bom funcionamento da UC, mas, acima de 50% dos entrevistados, apresentou pouco ou nenhum aprofundamento sobre o instrumento. Os principais valores considerados pelos entrevistados que o PND protege foram: valores naturais – biodiversidade e valores sociais – significância para grupos indígenas.

Em relação às ameaças, 12% afirmaram que não conhecem ameaças à UC, os outros 88% apontaram diversos tipos de ameaças, como a especulação imobiliária, caça e a extração de madeira:

As ameaças elas existem. A questão econômica fala muito alto tanto na especulação imobiliária. Nessa questão até mesmo da descaracterização, aí vamos dizer assim, a influência negativa na cultura dos indígenas, né?! A gente vê a quantidade de artesanatos de madeira que é produzido e isso é um risco, mas se ele fosse produzido só com árvores que por algum motivo caíram, né? E fosse aproveitar, mas a gente sabe que isso não acontece (M 13);

Desenvolvimento residencial comercial, caça, agricultura e pimenta do reino (M3);

Quanto ao Grupo B, buscou-se captar o conhecimento dos membros diante de questões ambientais. Todos os entrevistados compreendem a importância da biodiversidade de acordo com suas perspectivas individuais:

Sem ela não estaríamos nem aqui, então a biodiversidade realmente ela é importante para tudo. Na verdade, essas unidades de conservação servem como um berçário, né? Um grande berçário para as espécies saírem de lá e continuar se reproduzindo, continuar existindo na natureza. Cada uma tem seu papel, né? (M 5).

Com certeza, a biodiversidade é que nos proporciona tudo isso que nós temos e que vivemos, né? Justamente todo esse ecossistema aí ele integrado, ele preservado, ele e vai garantir as gerações futuras. Precisa compreender que é preciso preservar por uma questão de preservação da espécie humana, não é preservar por preservar somente, porque alguém achou bacana, preservar é a flor, né? É uma preservação de sobrevivência (M 12).

No que diz respeito à temática das mudanças climáticas, 35% dos entrevistados deram respostas objetivas e curtas sobre a importância de incluir essa temática no planejamento da gestão; os outros 65% apresentaram uma capacidade argumentativa maior, com sinais claros que compreendiam melhor o tema.

É preciso porque a gente está vivendo isso, né? Estamos passando por processo de mudança climática e isso interfere na fauna, na flora e nos seres humanos (M5).

Eu sei o que uma mudança climática dessa aí, em tempos geológicos é muito breve, mas em tempos humanos não, então assim, temos que ser realista e fazer planos para encarar essas mudanças, porque a gente não vai conseguir consertar isso em um ou dois anos, né? Infelizmente não (M 8).

Sim. É uma realidade que a gente enfrenta, principalmente na questão de microclimas, né? Todos precisam trabalhar nisso e a gente aqui não é diferente. Inclusive, partindo daquele velho ditado que é: melhor prevenir do que remediar, né? A gente tem que aproveitar o que nós temos aqui de área preservada e ver como fortalecer mais essa área para que a gente não venha a ter problemas de aquecimento, dessas mudanças climáticas (M 13).

Quando questionados se as mudanças climáticas já estavam impactando a região do extremo sul da Bahia, somente 12% não souberam exemplificar quais seriam esses impactos, já os outros 88% conseguiram elencar pelo menos um exemplo das mudanças climáticas na região. Alguns exemplos de mudanças climáticas citadas:

Exemplo disso foi a seca de 2015, cataclisma de 2021, avanço do mar, espécies cosmopolitas mais recorrentes e espécies invasoras (M 15).

A gente sofre muito a questão da chuva, né? Final de ano e essas enchentes né, que tem dado aqui na região. Na comunidade indígena na questão da agricultura, na questão do acesso a cidade, toda essa situação (MI 10).

Chuvas com muito mais volume, com poder de destruição muito mais elevado, coisas que não aconteciam na nossa região. Aqui chovia, mas as chuvas não eram tão fortes, não causava tanto estrago. Aí tem desastre, teve enchentes aqui em dois anos seguidos (M 2).

Ainda no Grupo B, sobre os serviços ecossistêmicos, 71% não souberam indicar o que significava este conceito, dos que citaram estes serviços, destacamos:

São serviços prestados pelo ecossistema, né? Fica a regulação do clima, questão da água. Essas coisas assim, os recursos, né que a gente tem direto ali da natureza matéria-prima alimento tudo isso (M7);

São os serviços gerados pelos ecossistemas para atender o bem-estar humano, né? (M2);

Quanto às iniciativas de criação de programas de Educação Ambiental (EA), 94% dos participantes concordaram que este aspecto deveria ser considerado pela gestão e apenas 6% afirmaram que “não deveria ser prioridade, mas um braço importante”.

Educação Ambiental é importante, né? Conscientizar trazer isso como algo primordial na gestão deles (M1).

A Educação Ambiental é um pilar da preservação e deve ser prioridade da gestão (M3).

A relação com a comunidade indígena e os conflitos socioambientais foram agrupados no Grupo C. Cerca de 29% dos entrevistados afirmaram não conhecer o conflito existente entre

a comunidade indígena Pataxó e a gestão da UC. Ficou evidente também percepções divergentes sobre o conflito. Alguns membros entendem que os conflitos são decorrentes de disputas territoriais, mas em suas narrativas não houve predileção a um lado como certo ou errado, conforme os exemplos abaixo:

Os motivos desses conflitos foi o território (M 7).

Demarcação de terra. Basicamente questão de demarcação indígena, que é aonde o parque começa e onde começa a aldeia (M 6).

Conversando com os índios eles falam que querem proteger a mata, o ICMBio também quer proteger a mata, os dois brigaram pela mesma causa (M 4).

Por outro lado, foi observada em outras respostas uma tendência a denominar a comunidade indígena como invasora, havendo questionamento sobre a legitimidade dos direitos indígenas ao uso e ocupação da área.

As invasões de pseudos indígenas, né? Porque muita gente hoje em dia quer se declarar, ainda para poder usar como artifício para poder adentrar na própria UC ou para invadir a terra também e propriedades privadas (M 12).

Os índios se achavam os donos do local quando foi criado a UC, né? Então, houve conflito por muito tempo, inclusive teve até sequestro de gestor do Parque, gestora, né? Conflitos, queimadas. Então, a unidade não via o índio como parte integrante da UC, o índio estava fora da unidade, estava invadindo a UC gerando muito conflito. Na época eu questionei porque ao invés de criar um parque, por que não criou uma Resex no lugar? (M 5).

Por outro lado, as repostas dadas por indígenas são extremamente relevantes para as discussões desse estudo, pois são narrativas diretas dos atores envolvidos no conflito:

Em 2002, a gente fez a retomada do parque. Era proibido então a permanência dos indígenas na área do Parque, aí a Aldeia Alegria Nova fez a primeira retomada, depois a gente aqui da região fizemos outras ocupações. Hoje nós temos seis comunidades indígenas dentro do parque e foi difícil. É porque Ibama, né? O pessoal chegava ameaçava a gente, sacava a pistola dizia que ia prender e a reintegração de posse e humilhava muito nosso povo, a gente não podia plantar, a gente da liderança sofria muita perseguição, não podia visitar, né? Nada, nada. Eles queriam, e aí eles deram uma integração de posse para nós, a gente conseguiu derrubar essa integração de posse com nossas articulações. E aí, todo o chefe que entrava era só problema pra gente, né? Se reunia com os fazendeiros e vinham e nos ameaçava. E aí onde a gente fez a primeira ocupação fizemos, a segunda ocupação na sede. A gente teve que sentar com essa ICMBio, FUNAI e comunidade indígena e fizemos esse Termo de Compromisso, que daí para cá que as coisas caminharam entre comunidade indígena e gestão do parque, né? Que veio o primeiro chefe foi Hibisco<sup>8</sup>, depois Margarida e agora Girassol, né? E graças a Deus as coisas tá dando certo, mas antes desse termo de compromisso, que eu falo com eles esse Termo de Compromisso nasceu de um conflito, graças a Deus as coisas hoje tá dando certo (MI 10).

---

<sup>1</sup> O nome dos gestores citados foi substituído por nome de flores.

Como eu te falei, para nossas comunidades, é tipo assim, quando aquele Ibama ainda chegava na nossa comunidade os meus pais e os mais antigos corriam de medo, então a nossa convivência sadia foi ser concretizada tem pouco tempo, mas há tempos atrás não era legal. Eles só visavam o lado deles sem respeitar o nosso (MI 11).

Quando indagados aos conselheiros se o Termo de Compromisso serviu para atenuar a relação conflituosa, apenas 18% disseram não conhecer este documento, enquanto os demais revelaram que o Termo foi de fundamental importância, e que contribuiu para assegurar a comunidade indígena condições mais seguras.

Sim, ofereceu segurança para a comunidade indígena, também ficaram seguros tipo aquilo ali tá no papel eu posso reivindicar sim (M 7);

O termo trouxe uma certa tranquilidade pra poder resolver esses conflitos, baixar a temperatura dos conflitos. Pelo o que a gente ouve e tem informação e que o termo trouxe uma paz para a relação avançar. Um marco importante para gerir esses conflitos (M 12);

Já a resposta a seguir demonstra uma crítica clara ao Termo de Compromisso, quando o respondente, ao concordar que o documento contribuiu para uma relação harmoniosa, julga haver falta de imposição em restringir a caça. Contudo, o Termo de Compromisso prevê a restrição da caça e promove alternativas para esta prática, como, por exemplo, a instalação de criadouros de espécies silvestres cinegéticas.

A partir do momento que você fala que a pessoa pode fazer o que ela quiser a relação fica harmoniosa, né? Quando você não impõe ao outro que ele vai ter que ceder um pouco e deixar de fazer algumas coisas. E aí por exemplo a caça. “Ah, mas é da cultura dele caçar”. Tudo bem, mas a hora que extinguir o último animal ali, ele não vai ter que mudar a cultura dele? Por que já não trabalhar essa mudança cultural, e, preservar um pouco o resto daquelas espécies ali. Então é o que eu falo, não é uma solução, é paliativo, quando extinguir aquilo ali todos nós vamos sair perdendo não só eles que vão ter que passar por uma mudança cultural, porque já não promover essa mudança (M 13).

A respeito das questões entreabertas ou delicadas que podem ser propulsoras de novos conflitos, foram sinalizadas diversas questões, tais como a resistência dos fazendeiros que circundam a área da UC, a questão fundiária não definida, além do próprio fim do Termo de Compromisso:

Pode ser né, porque os fazendeiros eles não participam (M 2).

Existe a delimitação de terras que não estão totalmente definidas (M 5).

Eu acho que a qualquer momento esse acordo vai acabar. Algumas pessoas do ICMBio são contra, alguns índios abusam também. Só basta pegar um erro deles, chega na madeira, já acabou o acordo, esse acordo e tudo que vem, essa paz que rende desde 2018 (M 4).

Eu acho que não, só se a gente não seguir o termo, né? Tanto nós indígena hoje, nós temos um termo, a gente tem que seguir o que tá no termo, então, nós, tanto nós indígena como o parque também, né? A gestão do Parque e a gente vai seguir o que tá ali, como uma gestão compartilhada. Agora assim, se eles fizeram alguma coisa que não agrada a gente, aí essa relação pode se estremecer, né? (MI 10).

Quanto à dupla afetação e ao etnozoneamento, houve percepções distintas entre os entrevistados. A maior parte dos entrevistados expressaram ser de acordo, e apenas 18% são contrários.

Assim, esse termo dupla afetação Girassol até pediu para tirar, né? Ela colocou dupla proteção agora, né? Ela falou que dupla afetação é uma coisa que afeta a gente também, né? Quer dizer que tá afetando, alguma coisa, na verdade é dupla proteção tá ajudando a proteger (MI 10).

Na minha opinião, é sim se saber fazer gestão de forma responsável, de forma mais transparente, eu acho que sim (M 5).

Eu sou contra (M 3).

Levando em consideração o que rege o SNUC, o que diz lá em relação as categorias de conservação, é por exemplo que nessa categoria não pode ter nada dentro. Para pesquisa e conservação no máximo. Então assim, na minha visão a dupla afetação não é tão interessante quando fala de unidade de proteção integral. Mas como é a forma de minimizar e resolver conflito, foi esse termo de compromisso que o problema se resolveu, mas se for falar mesmo, no meu ponto de vista a gente sabe que não é, não seria o ideal, né? (M 9).

Ainda sobre etnozoneamento, 18% dos entrevistados acreditam que as zonas de uso intensivo e intermediário não são suficientes para atender às demandas das aldeias indígenas, e 24% não souberam responder, enquanto os outros 58% acreditam que são suficientes:

Sim é suficiente, né? A gente determinou o número de família. A família que habita naquela área é suficiente sim. Inclusive a gente tem trabalhado muito a questão da sustentabilidade, né?

A gente tem lutado para demarcação do território para isso. Que a gente quer preservar, a gente conseguindo demarcar o território com certeza aquela área que o indígena tá habitando aquilo já vai ficar só para poder virar floresta mesmo, né? Pra gente praticar o nosso ritual, a cultura. (MI 10)

Acho que não são suficientes, acho que precisa ter uma área maior pra comunidade poder utilizar (M 11).

E se for para subsistência, né? Como é que você vai falar pô, cara não pode cortar! O cara tá vivendo daquilo, senão ele não come, ele vai morrer. Então tem que entender todo esse cenário (M 1).

Eu acho que não são suficientes para atender as demandas. Acredito não ter local de fala para isso, mas imagino que não (M8);

Por fim, o último conjunto de questões (Grupo D) visou propor reflexões das contribuições da UC no âmbito da sustentabilidade territorial. Quanto à questão da responsabilidade pela conservação da biodiversidade da região, todos os membros afirmaram que outras instituições de diferentes esferas também são responsáveis, indicando também a autorresponsabilidade pela conservação:

Eu vejo que não é responsabilidade apenas de ICMBio não. A responsabilidade é da comunidade civil, de todos nós. É responsabilidade do município onde a unidade está inserida ou dos Municípios porque chega até o entorno de outros municípios. Deve agregar as outras instancias da conservação (M 9).

Eu acho que todo mundo tem que estar envolvido, nós que estamos no entorno, quem tá dentro do parque, a sociedade civil, os órgãos governamentais, todos eles têm que ter essa responsabilidade, porque é de todos. É um bem comum, então todo mundo deveria ter essa consciência de que é preciso fazer, dar uma pequena parcela de contribuição que seja pra conservação do PND (M 12).

Sobre as contribuições do PND para o desenvolvimento em bases mais sustentáveis (questão 17), 88% sinalizaram aspectos similares associados aos valores naturais – da biodiversidade e potencialidade significativa com atividades turísticas e econômicas -, e apenas 12% não conseguem perceber como o PND contribui para além da prestação de serviços ecossistêmicos.

O parque é um patrimônio do nosso país, do nosso estado. É um dos poucos resquícios da mata atlântica, que atrai curiosos, pesquisadores, de todos os lugares do mundo. Um polo turístico com imenso potencial que traz riqueza para toda região (M2 ).

Muito importante para a preservação da biodiversidade (M 16).

[...] um referencial, [...] um espaço que é um ambiente de espécies que não tem mais em outros lugares, de preservar um bioma que foi severamente degradado e principalmente do que os benefícios dessa área para região tanto a nível ecológico, social, pela presença de comunidades e a sua cultura. E, também pra questão econômica, a gente tá falando de um lugar que recebe pessoas e isso movimenta a economia (M 7).

Contribui não só para o Extremo Sul como para o Brasil, né? Últimos remanescentes de Mata Atlântica que a gente tem, o restinho que sobrou né? (MI 10).

Com relação ao questionamento se a UC é uma “ilha isolada”, houve três níveis de percepção dos membros do CC. O primeiro nível (12%) concorda que a UC é isolada do entorno; o segundo nível (24%) considera que há uma cooperação ou interação um tanto limitada; já o terceiro nível (64%) considera que a UC é bastante integrada à região. Algumas falas são representativas destas três abordagens:

Eu acho isolado. Eu já falei isso uma vez, eu acho que deveria ter mais essa presença nas comunidades, nos municípios. E aí eu não sei se é falta de pessoas, falta de recurso, para que isso possa acontecer, né participar mais das ações junto a secretaria do



município. Ó, vamos junto! Vamos interagir junto! Vamos fiscalizar junto, eu não vejo isso (M 1).

Não é uma ilha isolada, mas essa relação ocorre de forma muito limitada ao contato formal de reuniões, talvez se tivesse um contato mais próximo talvez facilitaria (M 8).

Ela interage com a sociedade do entorno, isso acontece com as visitas ao parque, reuniões, toda, toda a comunidade do entorno faz parte do Conselho ou é convidado para ir mesmo os mais conflitantes, né, são convidados a participar dessas reuniões (M 5).

Sobre o contexto político e seu impacto para as questões ambientais e especificamente para o bom funcionamento das UCs brasileiras (Questão 19), 6% afirmaram que essa interferência é irrelevante, os demais apontaram diferentes exemplos sobre essa relação, estabelecendo comparações políticas com o governo que se iniciou em 2019 e o atual governo federal.

Com certeza, eu acho que o governo que passou não ajudou em nada, só retrocesso. Mas, com o que tá atualmente vem resgatando tudo que a gente perdeu nos últimos quatro anos (MI 10).

Sem dúvidas, né? Talvez a arma mais perigosa que um motosserra para UC é a caneta e quem tem poder para usar. A depender da maré política que caminhar pode atrasar em décadas o desenvolvimento das políticas de conservação (M 8).

Acredito que sim, né? A gente viu o que a gente, comunidade indígena, viveu no governo passado e o que a gente tá vivendo agora, né? A mudança que já teve né, na questão da preservação dos parques tá tendo um apoio melhor na questão da política para conservação do parque, né? (MI 11).

Em um cenário hipotético em que a área referente ao PND não fosse uma UC, os entrevistados foram indagados sobre como eles imaginam que essa área estaria atualmente. Todos os entrevistados afirmaram que não haveria floresta em pé. Alguns exemplos dados pelos entrevistados:

“Ixi Maria! Teria ido embora tudo! Ali se não fosse eucalipto, seria pastagem ou café. Esse é o nosso destino (M 2).

A exemplo do que aconteceu com a Mata Atlântica, assim várias espécies que a gente tem lá hoje e a própria vegetação, a maior parte principalmente de árvores mais valiosas também já teria sido suprimida ali (M 17).

Hipotético e catastrófico, não teria nem uma floresta em pé muito menos os animais (M 8).

Era uma fazenda, da mesma forma que estão os arredores (M4).

Existiria plantação de eucalipto, talvez a mineradora tivesse um espaço maior. Aquela área já tinha acabado há muito tempo, né? Não existiria mais vegetação, nem fauna,

nem flora. E aquela área seria quase que 90% eucalipto e os outros 10% seria mineradora (M 5).

Não teria mais nada! (M 14).

Eu acho que não tinha mais nada, não existia mais mata, porque quando era a Bralanda a gente via que o pessoal estava devastando mesmo (MI 10).

Se não tivesse criado esse Parque com certeza tinha acabado com tudo aí, a não ser que fosse uma TI [...] aí sim ajudaria proteger, né? Porque eles não iam mexer porque estava dentro da TI, mas se não fosse a terra indígena e se não fosse o parque isso aí já tinha acabado já. É que hoje só tem mata onde exatamente onde fica o índio que está preservando, onde não tem o território indígena, já acabaram com tudo (MI 11).

É notório que há visões diferentes sobre determinados temas, essas divergências podem indicar eventuais questões conflituosas e impactar na forma com que o PND se relaciona com a região. Sendo assim, por meio das discussões, propõe-se a dar significado, fazendo uma reflexão crítica acerca dessas percepções.

#### **4. DISCUSSÃO**

##### **Aspectos específicos da UC**

O Art. 4º da lei do SNUC (Lei n. 9.985/2000) prevê os objetivos das UCs, que são: proteger as espécies ameaçadas de extinção; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; dentre outros. Além dos objetivos estritamente associados aos valores naturais, o SNUC, em seu art. 4º, visa também proteger os recursos naturais essenciais à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento, sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2002).

Logo, em essência, a UC deve cumprir com os objetivos que justificaram a sua criação. As respostas dos entrevistados acerca dos objetivos e valores que o PND protege dialogam com o que está estabelecido na lei. Foi identificado nos discursos a importância de uma gestão compartilhada. Esta concepção também se conecta com as diretrizes do SNUC, que designam o incentivo das populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem UCs dentro do sistema nacional, bem como a estruturação de Conselho Consultivo ou Deliberativo.

A gestão compartilhada infere horizontalidade, partilha de responsabilidade e trabalho, contribuindo para uma tomada de decisão mais precisa e estratégica, capaz de alcançar um objetivo comum (MOTA, 2023). Desse modo, a gestão compartilhada de UCs tem enorme potencial de fortalecer as ações de conservação. Nesse contexto, o conselho do PND se baseia

na importância da participação da sociedade em contribuir para a gestão da UC. É intencional que as cadeiras sejam agrupadas por setores que se relacionam diretamente com a UC. Os estudos de Kindel *et al.*, (2018) demonstram a relevância do Conselho na elaboração de instrumentos de gestão, dando ênfase à elaboração do Plano Estratégico para regularização fundiária, a exemplo do Parque Estadual de Itapeva, no Rio Grande do Sul.

Ainda no que diz respeito ao SNUC, fica estabelecido que as UCs disponham de Plano de Manejo. Contudo, aproximadamente 78% das UCs federais e estaduais não possuem esse instrumento (SOUZA, *et al.*, 2012; COSTA, 2013). Ainda que o PND represente o seletivo grupo das UCs que possuem Plano de Manejo, a falta de conhecimento dos membros do conselho acerca desse instrumento é um fator limitante para a tomada de decisão (MOTA, 2023). Além disso, o Plano de Manejo do PND apresenta informações equivocadas ou desatualizadas (PONTES JUNIOR, 2022). Deve-se ressaltar que está em curso a iniciativa de atualização do Plano de Manejo do PND.

Outra questão indicada nesse estudo foi a existência de ameaças à UC, sendo a caça resposta frequente entre os entrevistados. Compatível com o que é encontrado na literatura, a caça é uma ameaça que faz parte do contexto da maior parte das UCs. Exemplo disso é o estudo de Teixeira e Venticinquê (2014), que analisaram as principais fragilidades de um conjunto de UCs em Potiguar/RN, onde expressam que as principais ameaças estão atreladas à coleta ilegal dos recursos naturais, pesca, caça e tráfico de animais.

### **Questões Ambientais**

Os problemas ambientais não são discutidos de forma isolada, é preciso incluir o papel que eles ocupam no contexto social, que por sua vez, podem sofrer influências dos aspectos econômicos, políticos e culturais. As diferentes percepções podem contribuir para a construção de planejamento ambiental, para a utilização de recursos e resolução de conflitos (HOEFFEL *et al.*, 2008).

A perda de biodiversidade é uma preocupação global. Dados publicados pela WWF no Relatório Planeta Vivo 2022 sinalizam que desde 1970 houve um declínio médio de 69% nas populações de espécies de diferentes grupos de vertebrados (mamíferos, aves, répteis e peixes). Neste mesmo relatório, associa-se a perda de biodiversidade com o fenômeno das mudanças climáticas, ambas problemáticas compartilham causas subjacentes, portanto, não devem ser tratadas separadamente.

Foi possível identificar nos discursos dos membros um entendimento da biodiversidade baseado em associações estritamente biológicas, partindo de suas próprias experiências e emoções. Habitualmente, o conceito de biodiversidade é compreendido de forma isolada (Buijs et al., 2008). Assim, a visão mais sistêmica e integrada da biodiversidade pode auxiliar na construção do pensamento crítico acerca das questões ambientais, bem como auxiliar a tomada de decisão (ALMEIDA, 2019).

No Brasil, as mudanças climáticas já causam efeitos ambientais significativos. Além das alterações biológicas, os fenômenos naturais estão sendo registrados com uma frequência incomum (ARTAXO, 2014). O aumento de temperatura tem ocorrido desde a década de 1970 e as tendências atuais não são acalentadoras, projeções climáticas estimam que há mais de 50% de chance que entre 2021 e 2040 o aumento da temperatura global atinja ou ultrapasse 1,5 C° (IPCC, 2021). Apesar das UCs serem consideradas importantes estratégias de conservação, elas não estão isentas das implicações provocadas pelas mudanças climáticas (ARAÚJO et al., 2011). Logo, é imprescindível incluir a temática das mudanças climáticas nos planejamentos de gestão.

Outro conceito bastante difundido atualmente é a prestação de serviços ecossistêmicos, categorizados como serviço de suporte, provisão, regulação e culturais (MEA, 2005). Ainda que 71% dos entrevistados não conseguiram expressar o significado desse conceito inicialmente, logo após uma breve explicação, os respondentes conseguiram indicar que a UC em questão considera a prestação de serviços ecossistêmicos.

A educação ambiental viabiliza que as questões ambientais sejam consideradas e discutidas, visando promover uma cidadania ambiental (SAMMARCO, 2005). As UCs são espaços privilegiados para desenvolver ações de EA que articulem os objetivos de conservação para a transformação social (VALENTI, *et al.*, 2012). A relevância de criar programas de EA é compreendida pelos membros do conselho, mas as ações do PND ainda são iniciais, podendo ser justificadas pelas amplas e complexas demandas gerenciais que preenchem a agenda de ações da UC, que conta com reduzido número de funcionários.

### **Relação da UC com Comunidade Indígena e UC**

As políticas de conservação sem real interação com as comunidades humanas são excludentes, frágeis e criam desafios complexos a serem superados. Nesses modelos de conservação, a espécie humana representa um fator de risco aos ecossistemas. Todavia, em um contexto mais amplo, é comum a normalização de atores econômicos racionais e com motivações individuais que explorem de forma insustentável os recursos naturais, sem

capacidade alguma de evitar tragédias ambientais coletivas (LAURIOLA, 2011). No presente estudo, é notório, nas entrevistas, uma tendência clara de críticas ao modo de vida da comunidade indígena e questionamentos incisivos sobre a originalidade e direitos desses povos, concepções pautadas em ideologias preservacionistas e ao não reconhecimento político-social dos povos indígenas e legitimidade de suas lutas, o que em discussões mais profundas podemos chegar nas raízes do racismo ambiental, o que torna as UCs em comparação com as TI alternativas socialmente mais aceitas.

Após muitos debates acerca da função de grupos humanos na conservação ambiental *in situ*, houve um fortalecimento de movimentos que visam a valoração mais positivas dessa relação. Há, contudo, a manutenção de ideologias preservacionistas contrárias a essa abordagem. Exatamente como foi expresso na questão da dupla afetação, ainda que somente 18% dos conselheiros tenham discordado dessa proposta, os argumentos utilizados para validar esse pensamento partiram de premissas preservacionistas, ou seja, da defesa do regime de proteção integral. A literatura aponta que o manejo demasiadamente restritivo é inadequado à maior parte dos contextos encontrados nas UCs do mundo, e tal condição não atende aos princípios de conservação (BARRETO FILHO, 2006; GUERRERO, 2020).

A sobreposição de UCs e TIs tem provocado conflitos territoriais no Brasil. De um lado, as políticas de preservação integral da natureza e, do outro, reivindicações territoriais e a resistência cultural dos povos indígenas. No Brasil, os dados disponibilizados por Guerrero (2020) apontam que em 69,6% das UCs de proteção integral há algum tipo de sobreposição territorial, sendo que os Parques Nacionais apresentam o maior percentual de conflitos registrados, sendo os povos indígenas e as comunidades tradicionais os grupos humanos mais afetados. Tais conflitos também ocorreram em torno da implementação de Parques Nacionais no extremo sul da Bahia. São exemplos os conflitos decorrentes da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal e do Parque Nacional do Descobrimento, ambos com indígenas da etnia Pataxó (LAURIOLA, 2011).

Há estudos que mostram que as áreas florestais mais preservadas na Amazônia estão associadas às terras indígenas, que têm relações mais sustentáveis dos povos com a floresta (PAIVA e BAPTISTA, 2017). Paiva e Baptista analisaram TIs e assentamentos localizados na região definida como “Amazônia Brasileira”, constatando que as TIs amenizam as tendências ao desmatamento em área externa à AP, e que a taxa de preservação de vegetação nativa nas TIs supera o percentual de 95%. Na região extremo sul da Bahia a existência da sobreposição espacial de UCs e TIs é um indício importante sobre esta relação. Descobertas recentes indicam que a formalização da posse de TI melhorou os resultados florestais na Mata Atlântica do Brasil

em comparação com TI que não possuem posse, contudo é problemático que a última TI homologada tenha sido em 2012 (BENZEEV et al., 2023).

As linhas jurídicas utilizadas para administrar as questões de sobreposição territorial convergem, principalmente quando a TI está em fase de homologação. Na jurisprudência, o decreto de criação do PND, assinado pela presidência da República, sobrepõe-se à portaria de demarcação da TI Comexatibá, que foi assinada pelo Ministro da Justiça. Por seu lado, os povos indígenas baseiam suas reivindicações territoriais na Constituição, que garante que, independentemente do tempo para identificar, demarcar e homologar as TI, qualquer ato ou fato que vise a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas seja anulado, ou seja, não tenha validade jurídica (LAURIOLA, 2011). Atualmente, a situação oficial de reconhecimento da TI Comexatiba (Cahy-Pequi) está como identificada/aprovada pela FUNAI.

As questões de sobreposição territorial colocam em discussão as referências constitucionais. A criação do SNUC visou a regulamentação do Artigo 225 da Constituição Federal (CF), que estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Já o Artigo 231 garante os direitos dos povos indígenas, o respeito à sua organização social, costumes e crenças. Também a legislação internacional, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata do reconhecimento e proteção dos valores e práticas sociais, culturais e espirituais dos povos indígenas e tribais. Madeira *et al.* (2015) reiteram que quando há “colisão de direitos fundamentais” sugere-se que nenhuma das partes tenha seu direito inteiramente preterido, mesmo que em alguns casos seja inviável que ambos sejam totalmente contemplados.

A elaboração conjunta do Termo de Compromisso e a proposta de gestão compartilhada inter institucionalmente foram as estratégias até aqui adotadas, diante da questão de sobreposição territorial, a citar os exemplos da TI Barra Velha e Parque Nacional do Monte Pascoal e na TI Inãwebohonha e Parque Nacional de Araguaia. Lauriola (2011) afirma que não há verdadeiras histórias de sucesso dessas estratégias e considera a necessidade de avaliação dessas experiências.

À luz da história brasileira, Guerrero (2020) destaca as fragilidades da implementação de “termos de compromisso”. No passado, quando as UCs eram geridas pelo IBAMA, somente dois destes termos chegaram a ser assinados, e estas agendas, então, foram dadas como “esquecidas”. Mais tarde, foram reabertas, quando a legislação instituiu o ICMBio. Ainda assim, a falta de modelos e orientações para a elaboração dos termos dificultou e atrasou o processo. Em 2015, foram identificadas 53 demandas em UCs de proteção integral com adesão a termos de compromisso, mas apenas oito destes estavam em situação de implementação

(MADEIRA et al., 2015). Entre os anos de 2017 e 2018, outros dez termos foram assinados (GUERRERO, 2020).

Outra fragilidade sinalizada pelo autor supracitado foi a resistência imposta pelos setores contrários à assinatura dos termos, que travaram a tramitação do processo, sem justificativas transparentes para tal. Em suma, ainda que os desafios sejam complexos, a implementação do Termo de Compromisso entre a gestão do PND e Comunidade Indígena Pataxó apresentou-se positivamente como uma alternativa para solucionar as questões conflituosas, o que foi observado nos discursos dos membros indígenas e da equipe de gestão da UC, que inclusive pondera que a existência das aldeias nas extremidades do Parque contribui para afugentar o acesso de pessoas que possuem interesse em atividade ilegal, como extração de madeira e caça. As aldeias indígenas têm contribuído, assim, para tornar os limites do parque mais demarcados. Corroborando com essa análise, no dia 30 de março de 2023 foi assinado outro termo, desta vez um Termo Aditivo, que prorrogou o Termo de Compromisso anterior (nº 02/2018).

Nesse sentido, o PND pode ser considerado uma referência quanto à adoção de Termos de Compromisso na resolução de conflitos entre UCs e povos tradicionais. A gestão participativa permite que atores envolvidos participem das decisões, evidenciando positivamente a representatividade que a comunidade indígena tem dentro do conselho do PND. Logo, ainda que haja questões entreabertas e propulsoras de novos conflitos, há um esforço constante em manter uma horizontalidade nas relações, com novos direcionamentos que indicam perspectivas mais favoráveis.

### **Contribuições da UC para a Sustentabilidade Territorial**

Partindo da premissa de que a responsabilidade da conservação não se restringe somente a um órgão especificamente, logo, entende-se que as responsabilidades socioambientais estão diluídas em diferentes esferas e níveis. Nesse sentido, a união de esforços via parcerias, viabilizando espaços para a construção de diálogos, com uma gestão mais participativa, tem um enorme potencial de contribuir para uma sustentabilidade territorial regional.

Os benefícios da gestão participativa são: ampliar as competências e habilidades dos envolvidos com a UC, fortalecer a gestão dos seus instrumentos, otimizar ações, propiciar trocas de experiências e perspectivas, além de ser uma forma de minimizar conflitos (MAY, 2015). Em essência, a região do extremo sul da Bahia tem potencialidades únicas de tecer os fios de uma rede diversificada de atores que atuam para a conservação regional, além de promover uma integração mais efetiva com o PND, que obviamente não tem condições suficientes para um

esforço unilateral. Como foi explicitado pelos membros do Conselho, é preciso haver uma sinergia entre os setores que fazem parte das secretárias municipais (de turismo, e meio ambiente), órgãos estaduais como o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), setor privado, além das escolas, universidades, comunidade local e tradicional e as devidas UCs que fazem parte do MAPES.

A valoração das UCs se constrói através do conhecimento, das experiências diretas com o meio natural que estas UCs protegem, do sentimento de pertencimento e da compreensão dos benefícios gerados por elas. Ainda que a biodiversidade seja um valor intrínseco, os benefícios econômicos gerados pelas UCs são altamente significativos para a economia nacional. Young e Medeiros (2018) converteram em valores monetários os benefícios relacionados a atividades de extrativismo e pesca, turismo e uso público, carbono florestal, recursos hídricos e solos, além da geração de receitas tributárias municipais, comprovando que os benefícios econômicos gerados pelas UC superam os investimentos necessários à sua gestão.

Em decorrência da extensa área de floresta preservada e da capacidade de evitar o desmatamento em seu interior, a principal contribuição do PND é a redução do nível de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, além da prestação de serviços ecossistêmicos. Como exemplo, os benefícios hídricos influenciados pela existência de UCs no Brasil são da ordem de R\$ 59,8 bilhões anuais (YOUNG, MEDEIROS, 2018).

Os autores supracitados complementam que a falta de investimento em gestão ambiental fragiliza a continuidade dos serviços oferecidos por órgãos ambientais como o ICMBio e IBAMA. Nesse sentido, o contexto político pode ou não considerar as ações de conservação como prioridade de governo, isto implicará em corte de gastos, desmonte de políticas públicas relacionadas e muito retrocesso. Fazendo um resgate da fala enfática acerca da influência política na conservação: “talvez a arma mais perigosa do que um motosserra para UC é a caneta de quem tem poder para usar” (M 8).

Quando proposto que os entrevistados refletissem em como seria a área da UC caso ela não existisse, o discurso unânime foi o de que a floresta nativa seria substituída por áreas de pasto, monocultura, dentre outros fins. Medeiros e Young (2011) afirmam que na hipótese de inexistência da UC, a trajetória de desmatamento se limitaria somente às barreiras legais, ou seja, o remanescente florestal possivelmente seria equivalente ao mínimo do que é exigido pelo código florestal.

Logo, as UCs são estratégias eficientes que podem assegurar a proteção e manutenção dos valores naturais, culturais, sociais e econômicos, principalmente quando mantém relações



sólidas com os públicos de interesse que residem no entorno. Em contextos semelhantes ao do PND, sugere-se uma análise profunda quanto aos critérios de criação, de modo que o regime de proteção atenda aos preceitos da sustentabilidade defendida nesse estudo. Além disso, questões adicionais podem ser estudadas posteriormente, como, por exemplo, aprofundar o conhecimento sobre os efeitos do Termo de Compromisso.

## 5. CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que as percepções dos membros estão alinhadas quanto à importância da UC para a proteção da biodiversidade. Todavia, há posicionamentos conflitantes quanto à relação que deve haver entre UC e a comunidade indígena, o que pode limitar a cooperação do Conselho na gestão da UC, repercutindo em baixa participação e eficiência, além de desestímulo dos gestores para os processos participativos.

É importante ressaltar que o contexto histórico de criação e implementação de UCs é complexo e que ainda há diversos desafios a serem superados. Muito embora a dicotomia entre as ideologias ambientalistas resulte em divergências propulsoras de conflitos socioambientais, as UCs são essenciais para alcançar os preceitos da sustentabilidade.

É preciso desmistificar a ideia de que as UCs são um entrave para o desenvolvimento econômico ou que são dispensáveis, devendo simplesmente devolver a área para as comunidades tradicionais, quando, na verdade, elas proporcionam enormes benefícios econômicos e sociais no Brasil e no mundo. Além, é claro, da prestação de diversos serviços ecossistêmicos, essenciais ao bem-estar humano. Acredito no potencial que as UCs como as TI possuem para garantir tais benefícios ou até mais ganhos quando se trata dos valores culturais e sociais, mas o grande desafio é o sistema de demarcação de TI que está estagnado, que pode ser explicado por mudanças na legislação.

Como já foi dito, a região do extremo sul da Bahia é marcada por ecossistemas de rica biodiversidade e beleza cênica, que despertam diversos tipos de interesses no uso do território. Deste modo, a implementação de UCs é a principal forma de conter a crescente exploração dos recursos naturais na região. Quando os objetivos de conservação estão alinhados com a proteção e respeito aos meios de vida tradicionais, havendo também o envolvimento da comunidade local, tem-se um caminho para resolução de conflitos territoriais em UCs, onde teoricamente os interesses não se sobrepõem, mas se conectam, como em uma relação simbiótica.

A renovação do Termo de Compromisso entre a Comunidade Indígena Pataxó Comexatibá e a gestão do PND carrega um grande simbolismo, pois indica que os interesses mútuos estão sendo contemplados. Pode-se concluir que as perspectivas entre a atual gestão do

parque e membros da comunidade indígena estão alinhadas quanto à corresponsabilidade ambiental na conservação da natureza e sobre a importância do Termo de Compromisso, sendo esta uma das poucas iniciativas de sucesso no Brasil. Ainda que haja um dissenso sobre o uso do Termo de Compromisso, os resultados indicam avanços positivos na resolução dos conflitos. Pesquisas futuras poderão avaliar profundamente a viabilidade do Termo de Compromisso.

Em suma, o PND apresenta grande potencial em contribuir para a sustentabilidade territorial do extremo sul da Bahia, na proteção aos valores naturais, culturais e sociais, além dos benefícios econômicos indiretos, restando, na prática, ocorrer um processo de reconhecimento e colaboração mútuos entre a sociedade regional e a gestão da UC.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ester Aparecida Ely et al. A biodiversidade nas pesquisas em educação ambiental. [TESTE] **Debates em Educação**, v. 11, n. 24, p. 29-50, 2019.

ARAÚJO, Miguel B. et al. As alterações climáticas ameaçam as áreas de conservação europeias. **Cartas de ecologia**, v. 14, n. 5, pág. 484-492, 2011.

ARTAXO, Paulo. Mudanças climáticas e o Brasil. **Revista USP**, n. 103, p. 8-12, 2014.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**, p. 109-143, 2006.

BENZEEV, Rayna et al. Formalizing tenure of Indigenous lands improved forest outcomes in the Atlantic Forest of Brazil. **PNAS nexus**, v. 2, n. 1, p. pgac287, 2023.

BRASIL. **Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado do Pará**. WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: WWF-Brasil, 2011. 64 p.

BRASIL. **Lei nº 9.985/2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/SBF, 52. 2002.

Brasil. Oficina de sensibilização para o fortalecimento do COMAPES. Projeto de Criação e Gestão Integrada de Áreas Protegidas do Sul da Bahia. Conservação Internacional, Salvador, 2012.

BRASIL. **Plano de manejo do Parque Nacional do Descobrimento**. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF. 2014 v.1 292 p.

BRAVO, Maicon Pinto. Construindo alternativas à crise socioambiental contemporânea: educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória e história oral. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 26, 2011.

BUIJS, Arjen E. et al. Olhando além das lacunas superficiais de conhecimento: Compreendendo as representações públicas da biodiversidade. **The International Journal of Biodiversity Science and Management**, v. 2, pág. 65-80, 2008.

COSTA, André Luis Souza da. **Efetividade de gestão da área de proteção ambiental Triunfo do Xingu: desafios de consolidação de uma unidade de conservação na região da Terra do Meio, estado do Pará**. 2013.

DE ARAÚJO, Viviane Gomes; DE OLIVEIRA, Regina Célia. Conflitos entre o uso da terra e unidades de conservação em áreas litorâneas: o caso da APA Ilha Comprida (SP). **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 13, n. 1, 2017.

DIEGUES, A. C. et al. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, v. 2, p. 01-46, 2000.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em revista*, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUDLEY, Nigel (Ed.). **Diretrizes para aplicação de categorias de manejo de áreas protegidas**. UICN, 2008.

FERREIRA, Maria Inês Paes; MELLO, Dalila Silva. Des-re-territorialização e áreas protegidas na Amazônia: reflexões a partir do caso da Estação Ecológica da Terra do Meio-Pa-Brasil. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 7, n. 87, p. 9, 2016.

GUERRERO, Natalia Ribas. Em termos alheios: Contradições da implementação de termos de compromisso em territórios tradicionalmente ocupados. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 1, p. 97-116, 2020.

HOEFFEL, João Luiz et al. Trajetórias do Jaguarú-unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente & sociedade**, v. 11, p. 131-148, 2008.

IPCC AR6 (Intergovernmental Panel on Climate Change). Summary for Policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, V., et al. (Eds). *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, 2021, 41 p.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses S. Gestão do território e a produção da socionatureza nas ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia brasileira. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. 2006.

KINDEL, ANDREAS et al. **Como acelerar a regularização fundiária de UCs: o exemplo do Plano Estratégico elaborado pelo Conselho Consultivo do Parque Estadual de Itapeva**. Fundação Grupo Boticário, 2018 RS.

LAURIOLA, Vincenzo Maria. De quem é o Monte Roraima? Terras Indígenas e Unidades de Conservação entre os dilemas da conservação na Amazônia Brasileira. **Passages de Paris**, v. 6, p. 53-110, 2011.

LEUZINGER, M. D. Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. Tese de doutorado, UnB/CDS., Brasília: Brasil, 2007

MADEIRA, João Augusto et al. Interfaces e sobreposições entre unidades de conservação e territórios de povos e comunidades tradicionais: dimensionando o desafio. **Brasília: ICMBio**, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. In: **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. 2009. P. 379-379.

MARTINS, Andreza. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista bibliográfica de geografia y 68onstruc 68onstruc**, v. 17, n. 989, p. 1-11, 2012.

MAY, Dayane et al. **Identificação do potencial para a gestão compartilhada, particular e pública, de unidades de conservação**. 2015.

MEA, Millennium Ecosystem Assessment. Ecosystem and human well-being:synthesis. Island Press: Washington, DC, v. 748, 2005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>

MINAYO et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.) Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOTA, Anne Gabriella Salgado dos Santos et al. Gestão da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: Limites e possibilidades na percepção de seus conselheiros. **Ambiente & Sociedade**, v. 26, p. e02361, 2023.

OLDEKOP, J. A., HOLMES, G., HARRIS, E. W., EVANS, K.E. *A global assessment of the social and conservation outcomes of protected areas*. **Conservation Biology**. 2015.

ONU – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas. Relatório Situação dos Povos Indígenas no Mundo. New York, 2021.

PAIVA, Y. R. Y.; BAPTISTA, G. M. M. 2017. Avaliação da cobertura florestal em assentamentos rurais e terras indígenas na Amazônia Legal em 2015, por meio de imagens orbitais do satélite Landsat-8 OLI. **Revista Brasileira de Cartografia**, 69, (7), 1427-1445.

Pellin, A.; Pellin, A.; Scherer, M. E. G. Mosaicos de áreas protegidas criados em território nacional brasileiro e estratégias para a sua gestão. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(7), 177-190, 2017. Doi: 10.21438/rbgas.040718

PONTES JÚNIOR, Euripedes; FERNANDES, Geraldo Wilson; ALMEIDA NETO, Prudente Pereira. Fatores a serem observados na criação de Áreas Protegidas: o caso do Parque Nacional do Descobrimento (Prado/BA). **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 1-14, 2022.

SAMMARCO, Y. M. Educación ambiental y paisaje em los espacios naturales protegidos de Brasil: contribuciones a la 68onstrucción del documento Encea (Estrategias Nacionales de

comunicación y EA para el SNUC). In: MEIRA-CARTEA, P. A. et al. Educación ambiental: investigando sobre la práctica. **Organismo Autónomo Parques Nacionales**, 2009. P. 202-225.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Roberta Neri da. Ambientalismo e soluções mágicas: a sobreposição de conceitos, território e normas no conflito entre a terra indígena Comexatibá e o Parque Nacional do Descobrimento. 2019.

SOUZA, C.B.G. **A contribuição do CAR para o ordenamento territorial em São Félix do Xingu – Pará**. Encontro Nacional ANNPAS. 6. Belém. 2012. 16p.

TEIXEIRA, Marília Gomes; VENTICINQUE, Eduardo Martins. Fortalezas e fragilidades do Sistema de Unidades de Conservação Potiguar. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 29, 2014.

VALENTI, Mayla Willik et al. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, v. 28, p. 267-288, 2012.

VESENTINI, J. W. **Geografia, natureza e sociedade**. ed. São Paulo-SP. N. 5, 1989.

VIEIRA, Luana Saraçol; PAZINATO, Liane Francisca Hüning. A CRISE AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA ENTRE OS SEUS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAL, ECOLÓGICO E CULTURAL.

WWF. (2022). Relatório Planeta Vivo 2022 – Construindo uma sociedade positiva para a natureza. Almond, R.E.A., Grooten, M., Juffe Bignoli, D. & Petersen, T. (Eds). WWF, Gland, Suíça.

YOUNG, C. E. F; MEDEIROS, R. **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Conservação Internacional, 2018. 180p.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversos tipos de indicadores e evidências dos benefícios proporcionados pela existência de UCs, que são capazes de garantir a proteção da biodiversidade e importantes ganhos econômicos, sociais e culturais. A criação, implementação e funcionalidade da UC é desafiada por uma série de fatores que podem impedir o alcance de tais benefícios, como por exemplo: as pressões, ameaças, deficiências orçamentárias e sobreposições territoriais que geram conflitos socioambientais.

Os resultados indicam que as fragilidades encontradas na gestão do PND exigem da equipe uma capacidade adaptativa constante. O índice geral de efetividade atingido pelo Parque Nacional do Descobrimento foi de 61,90%, indicando nível alto de efetividade de gestão. Todavia, esse índice é o mais baixo da escala de efetividade alta. Diferentemente de outras pesquisas de avaliação de efetividade que são restritas a gestão da UC, este estudo considerou as opiniões dos membros do Conselho Consultivo. Contudo, sugere-se que novas pesquisas incluam outros autores da sociedade que interagem com o PND.

Em suma, o PND possui apenas 23 anos de existência, sendo uma UC recente, de forma que muitos dos desafios identificados nesta pesquisa ainda não foram superados pela gestão. Apesar disso, ações muito relevantes têm sido consideradas pela atual gestão, como por exemplo melhorar a relação com a Comunidade indígena Pataxó.

O PND apresenta grande potencial em contribuir para a sustentabilidade territorial do extremo sul da Bahia, na proteção aos valores naturais, culturais e sociais, além dos benefícios econômicos indiretos, restando, na prática, ocorrer um processo de reconhecimento e colaboração mútuos entre a sociedade regional e a gestão da UC.

## 7. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, Henri (Org) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p.13-36.

ARARUNA, Rayza Ponce Leon; DE OLIVEIRA SOARES, Marcelo. Efetividade de manejo em unidade de conservação com manguezais: estudo de caso no litoral do Ceará, nordeste do Brasil. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 8, n. 16, p. 53-68, 2017.

AURICH, Katia Regina et al. Produção do conhecimento científico sobre a efetividade de gestão das unidades de conservação do Brasil nos últimos dez anos. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 6, p. 7027-7042, 2019.

BARRETO DE OLIVEIRA, Gabriela; FELICIANA NOVÔA, Nicássia; MORAES SALVIO, Geraldo Majela. Contribuição das áreas protegidas brasileiras para o cumprimento da Meta 11 do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, 2023.

BERNARD E, PENNA LA, ARAÚJO E. Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. **Conserv Biol**. 2014 Aug;28(4):939-50. doi: 10.1111/cobi.12298. Epub 2014 Apr 11. PMID: 24724978.

BOEIRA, Sérgio Luís. Política & gestão ambiental no Brasil: da Rio-92 ao estatuto da cidade. **Revista Alcance**, v. 10, n. 3 (Set-Dez), p. 525-558, 2003.

BRASIL. **O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade** / Ministério do Meio Ambiente, Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Conservação Internacional, 2006. 52 p.

BRAVO, José Carlos B. Saraiva. **Elementos singulares de interesse relevante: um instrumento da gestão de património: inventariação do património cultural, uma abordagem teórica e prática no concelho de Cascais**. 2013. Tese de Doutorado.

COSTA, André Luis Souza da. **Efetividade de gestão da área de proteção ambiental Triunfo do Xingu: desafios de consolidação de uma unidade de conservação na região da Terra do Meio, estado do Pará**. 2013.

DAY J, Dudley N, Hockings M, Holmes G, Laffoley D, Stolton S, Wells S. 2012. **Guidelines for applying the IUCN Protected Area Management Categories to Marine Protected Areas**. Gland, Switzerland: IUCN, 36 p.

DIEGUES, A. C. et al. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, v. 2, p. 01-46, 2000.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em revista, n. 24, p. 213-225, 2004.

ERVIN J. WWF: Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management (RAPPAM) Methodology. **WWF, Gland, Switzerland**. 2003. 52 p.

FARIA, H.H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo instituto florestal de São Paulo, Brasil**. 2004. 401p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro. 2004.

FARIA, H.H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo instituto florestal de São Paulo, Brasil**. 2004. 401p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro. 2004.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; DUDLEY, N. Evaluating effectiveness: a framework for assessing the management of protected areas. Gland, Switzerland: **IUCN**, 2000.

HOCKINGS, Marc. Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas. 2a ed. Gland, Switzerland: **IUCN**. 2006.

HOCKINGS, Marc; LEVERINGTON, Fiona; COOK, Carly. Eficácia da gestão de áreas protegidas. **Governança e gestão de áreas protegidas**, p. 889-928, 2015.

IUCN WCPA. PARKS. The International Journal of Protected Areas and Conservation, Volume 25.2, Gland, Switzerland: IUCN, (2019).

KÄSSMAYER, Karin. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma passagem de seu conceito à aplicabilidade urbana**. Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Curitiba, 2005.

KÄSSMAYER, Karin; BARRETO, Nathalia Lima. A dimensão territorial dos direitos socioambientais: um olhar jusgeográfico para a crise socioambiental. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 3, n. 1, p. 107-149, 2012.



LEDERMAN, Márcia Regina; ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. **Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação**. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF-Brasil, p. 119-135, 2012.

LEVERINGTON, Fiona et al. Uma análise global da eficácia da gestão de áreas protegidas. **Gestão ambiental**, v. 46, p. 685-698, 2010.

LIBOIS, Rachel Dantas; DA SILVA, Robson José. Marco temporal, Supremo Tribunal Federal e direitos dos povos indígenas: um retrocesso anunciado. **PerCursos**, v. 22, n. 48, p. 399-429, 2021.

MASCIA, Michael B.; PAILLER, Sharon. Rebaixamento, redução de tamanho e desclassificação de áreas protegidas (PADDD) e suas implicações para a conservação. **Cartas de conservação**, v. 4, n. 1, pág. 9-20, 2011.

MILWARD-DE-AZEVEDO, Julianne Alvim et al. Unidades de Conservação no Brasil: notas sobre os métodos de avaliação. In: **VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental (CONGEA)**. 2016. p. 1-6.

OLIVEIRA, ELIZABETH. Descumprimento das Metas de Aichi é sinal de alerta para outros acordos globais. **Eco**. São Paulo, 21 set. 2020. Disponível em <<https://oeco.org.br/reportagens/descumprimento-das-metas-de-aichi-e-sinal-de-alerta-para-outros-acordos-globais/>> Acessado em 08 de julho de 2023.

PADOVAN, Maria da Penha, **Formulación de Estándar y Procedimiento para la Certificación de Áreas Protegidas**, Dissertação de Mestrado, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñaza, CATIE, Costa Rica, 2001.

PADUA, Claudio Valladares; CHIARAVALLOTI, Rafael Morais. Pesquisa e conhecimento na gestão de unidades de conservação. **ECOS**, v. 2, p. 2, 2012.

SANTOS, Marcio Soares; MARTINS, Herbert Toledo. Por uma História Ambiental da Formação Social do Extremo Sul da Bahia (1945-1972). **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 11, n. 2, p. 311-347, 2021.

SCHARLEMANN, Jrn P.W. *et al.*, Securing tropical forest carbon: The contribution of protected areas to REDD. **Oryx**, v. 44, n. 3, p. 352–357, 2010.

SILVA, Roberta Neri da. **Ambientalismo e soluções mágicas: a sobreposição de conceitos, território e normas no conflito entre a terra indígena comexatibá e o parque nacional do descobrimento**. 2019.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p

SOARES, I.A.; OLIVEIRA, J.E.L.; LIMA, E.R.V. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu–RN. **Revista Brasileira de Geografia Física**, 11(2): p. 490-509. 2018.

SOUZA, C.B.G. **A contribuição do CAR para o ordenamento territorial em São Félix do Xingu - Pará**. Encontro Nacional ANNPAS. 6. Belém. 2012. 16p.

STEFFEN, Will et al. O Antropoceno: perspectivas conceituais e históricas. **Transações Filosóficas da Royal Society A: Ciências Matemáticas, Físicas e de Engenharia**, v. 1938, pág. 842-867, 2011.

TERBORGH, John, SCHAIK, Carel Van, Por que o mundo necessita de parques?, in, Terborgh, John, Schaik, Carel Van, Davenport, Lisa, Rao, Madhu (ORGS), Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos, Curitiba, Editora da UFPR, Fundação **O Boticário**, 2002.

TREVISAN, Fernanda Lodi. O patrimônio mundial natural no Brasil. **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 3030-3041, 2017.

UNEP-WCMC; IUCN; NGS (2018). **Protected Planet Report 2018**. UNEP-WCMC, IUCN and NGS: Cambridge UK; Gland, Switzerland; and Washington, D.C., USA, 70p.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.

VIEIRA, Paulo Freire. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.

WWF Brasil - World Wide Found for Nature. **Avaliação da gestão das unidades de conservação: métodos RAPPAM (2015) e SAMGE (2016)**. WWF Brasil. 1ª ED. Brasília. 2017. 127p.

WWF-BRASIL; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Efetividade de gestão das Unidades de Conservação Federais no Brasil: resultados de 2010**. WWF-Brasil, 2012.

## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO

**Cada pergunta em inglês está traduzida para o português na primeira linha logo abaixo.**

2

Is management undertaken to achieve the objectives of the protected area?
O manejo é aplicado para alcançar os objetivos da área protegida?
Isto se refere à existência de regulações legais e controles costumeiros; por exemplo, áreas protegidas gerenciadas por pessoas privadas ou comunidades ainda devem ter regras claras quanto ao uso da terra e água.

	Nenhum objetivo firme foi acordado para a área protegida.
	A área protegida firmou objetivos, mas não é gerenciada para alcançar tais objetivos.
	A área protegida firmou objetivos, mas é apenas parcialmente administrada para alcançar estes objetivos.
	A área protegida firmou objetivos e é gerenciada para alcançar esses objetivos.

3

Are appropriate regulations/controls in place to manage land/sea use and activities (such as hunting, NTFP, logging, mining, fishing)?
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Existem regulamentos/controles apropriados para administrar o uso e as atividades terrestres/marinhas (tais como caça, NTFP, exploração madeireira, mineração, pesca)?

Isto se refere à existência de regulações legais e controles costumeiros; por exemplo, áreas protegidas gerenciadas por pessoas privadas ou comunidades ainda devem ter regras claras quanto ao uso da terra e água.

	Não existem regulamentos/controles para administrar o uso terrestre/marinho e suas atividades na área protegida.
	Existem alguns regulamentos/controles para o uso terrestre/marinho e suas atividades na área protegida, mas eles são em sua maioria fracos.
	Existem alguns regulamentos/controles para o uso terrestre/marinho e suas atividades na área protegida, mas alguns são fracos ou com lacunas.
	Existem alguns regulamentos/controles para o uso terrestre/marinho e suas atividades na área protegida, e provém uma excelente base para a administração.

4

Does land and sea use planning outside of the protected area recognise the protected area and contribute to the achievement of management objectives?

O uso terrestre e marinho fora da área protegida reconhece a área protegida e contribui para o alcance dos objetivos de manejo?

Apesar do planejamento para uso terrestre e marinho fora da área protegida esteja geralmente fora do controle da mesma, as decisões tomadas podem afetar significativamente a área protegida, portanto é importante que os impactos potenciais dos planos sejam avaliados. Exemplos podem incluir barragens, a montante que cortam o fluxo de água, grandes empreendimentos de piscicultura que aumentam a poluição e criam distúrbios significativos, ou limpeza em larga escala em áreas próximas que isolam a área protegida de outras áreas de habitat.

O planejamento adjacente do uso da terra/mar não leva em conta a existência da área protegida e as atividades/políticas têm impacto negativo sobre os objetivos

	da área protegida.
	O planejamento adjacente do uso da terra/mar não leva em conta a existência da área protegida, mas as atividades não são prejudiciais aos objetivos da área protegida.
	O planejamento adjacente do uso da terra/mar possui alguns resguardos pela existência da área protegida e apoia parcialmente os objetivos da área protegida.
	O planejamento adjacente do uso da terra/mar reconhece totalmente a existênciada área protegida e busca apoiar os objetivos da área protegida.

5

Is the protected area the right size and shape to protect species, habitats, ecological processes and water catchments of key conservation concern?	
A área protegida tem tamanho e forma corretos para proteção de espécies protegidas, habitats, processos ecológicos e bacias hidrográficas chave para conservação ?	
As questões a considerar aqui incluem se as espécies-chave são adequadamente protegidas (por exemplo, seria um problema se uma área marinha protegida omitisse uma área próxima onde muitas das espécies constituintes foram criadas), se ela é suficientemente grande para suportar populações viáveis e se eventos fora da área protegida poderiam minar seu valor (por exemplo, se um projeto de energia hidrelétrica represasse um rio e interrompesse o fluxo). Também é importante considerar, sempre que possível, a influência futura projetada pela mudança climática nesta avaliação: por exemplo, se o nível do mar subir, haverá espaço na área protegida para que uma floresta de mangue se retraia para o interior?	

	Inadequações no projeto da área protegida significa que é muito difícil alcançar os principais objetivos da mesma.
	Inadequações no projeto da área protegida significa que o alcance da maioria dos objetivos é difícil, mas algumas ações de mitigação vêm sendo tomadas (por exemplo, acordos com gerentes terrestres/marinhos adjacentes para corredores de vida selvagem ou introdução de gerenciamento apropriado de bacias hidrográficas).

	O projeto da área protegida não está restringindo significativamente a realização dos objetivos, mas poderia ser melhorado (por exemplo, em relação a processos ecológicos de maior escala).
	O projeto da área protegida ajuda no alcance dos objetivos; é apropriado para a conservação de espécies e habitat; e mantém processos ecológicos, como fluxos de águas superficiais e subterrâneas em uma escala de captação, padrões de perturbação natural, etc.

6

Is the boundary known and demarcated?	
O limite é conhecido e demarcado ?	
É importante que a equipe, as partes interessadas e os titulares de direitos reconheçam os limites, e que as pessoas saibam se estão invadindo a área protegida. Mapas e/ou sistemas GPS são geralmente usados para criar o limite da área protegida oficialmente registrados em gazetement; entretanto, o limite no terreno pode ser diferente, e muitas vezes associado a características específicas, portanto, muitas vezes há necessidade de que os limites sejam interpretados de acordo com o contexto local.	

	O limite da área protegida não é conhecido pela autoridade administrativa ou residentes locais/usuários vizinhos da terra/mar.
	O limite da área protegida é conhecido pela autoridade administrativa, mas não pelos residentes locais/usuários vizinhos da terra/mar.
	O limite da área protegida é conhecido tanto pela autoridade administrativa, quanto pelos residentes locais/usuários vizinhos da terra/mar, mas não é apropriadamente demarcado.
	O limite da área protegida é conhecido pela autoridade administrativa, residentes locais/usuários vizinhos da terra/mar, e é apropriadamente demarcado.

7

Is there a management plan or equivalent and is it being implemented?
Existe um plano de manejo ou algo equivalente e está sendo implementado?
Na maioria dos casos, este será um plano formal de gestão, escrito, e no caso de áreas protegidas, administradas pelo governo, muitas vezes também aprovado pelo departamento ou ministério competente. Em outros casos, os planos de manejo podem ser menos formais, acordados através de discussões com membros da comunidade, e existentes apenas como acordos orais, atas de reuniões ou outros arranjos costumeiros. O objetivo desta pergunta é ver se a administração está ou não seguindo um conjunto e um rumo lógico.

	Nenhum plano de manejo foi realizado.
	Um plano de manejo/equivalente está sendo preparado ou foi preparado, mas não está sendo implementado.
	Existe um plano de manejo/equivalente, mas está sendo implementado apenas parcialmente devido a restrições de financiamento ou outros problemas.
	Existe um plano de manejo/equivalente e está sendo implementado.

## 7.1

Pontos adicionais na 7. O plano de manejo.
Estas perguntas adicionais vão além da avaliação básica e identificam se existem boas práticas em relação ao planejamento de gestão. Todas estas perguntas adicionais devem ser consideradas durante a avaliação.

	O processo de planejamento da gestão permite que as partes interessadas tenham oportunidades adequadas e iguais para influenciar a gestão.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Existe um cronograma e um processo estabelecido para revisão periódica e atualização do plano de gestão.
	Os resultados do monitoramento, pesquisa e avaliação são rotineiramente incorporados ao planejamento gerencial.

8

Is there a regular work plan and is it being implemented?	
Existe um plano de trabalho regular e ele está sendo implementado?	
Isto geralmente se refere a um plano anual, destinado a implementar a próxima etapa do plano de gestão. Você pode responder a esta pergunta mesmo que não tenha um plano de gerenciamento em vigor. Ganho, este pode ser formal (escrito e aprovado) ou informal, mas deve ser conhecido e acordado por todas as partes relevantes.	

	Não existe plano regular de trabalho.
	Existe um plano regular de trabalho, mas poucas das atividades são implementadas.
	Existe um plano regular de trabalho e muitas das atividades são implementadas.
	Existe um plano regular de trabalho e todas as atividades são implementadas.

9

Do you have enough information to manage the area?	
Você tem informações suficientes para administrar a área?	



Neste caso, "recursos" se refere principalmente aos valores biológicos e culturais do local. Houve pesquisas recentes de espécies vegetais e animais? Os administradores sabem onde existem locais culturalmente importantes ou locais naturais sagrados para que estes possam ser protegidos? Em ações para melhorar a gestão é importante identificar lacunas de conhecimento e sugestões para pesquisas futuras.

	Há pouca ou nenhuma informação disponível sobre os habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais da área protegida.
	As informações sobre os habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais da área protegida não são suficientes para apoiar o planejamento e a tomada de decisões.
	As informações sobre os habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais da área protegida são suficientes para a maioria das áreas-chave de planejamento e tomada de decisão.
	As informações sobre os habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais da área protegida são suficientes para apoiar todas as áreas de planejamento e tomada de decisão.

10

Are there enough people to manage the protected area?

Há pessoas suficientes para administrar a área protegida?

Esta avaliação deve abordar se a área protegida tem pessoal suficiente para administrar efetivamente o local; ela deve considerar todo o pessoal que trabalha mesmo que seja apoiado pelo governo (por exemplo, o Exército), ONGs ou outras fontes de financiamento. Responder a esta pergunta pode ser um pouco mais difícil para áreas privadas protegidas ou locais gerenciados pela comunidade; considere aqui se há pessoas suficientes com a capacidade de gerenciar em vez de "emprego" em um sentido tradicional.

	Não há pessoas gerenciando a área protegida, mas elas são necessárias.
	O número de pessoas gerenciando a área protegida é inadequado para atender às necessidades de gerenciamento.

	O número de pessoas gerenciando a área protegida está abaixo do que é necessário para atender plenamente às necessidades de gerenciamento.
	O número de pessoas gerenciando a área protegida é adequado para atender plenamente às necessidades de gerenciamento.

11

Do the people involved in managing the protected area have the necessary knowledge and skills?	
As pessoas envolvidas no gerenciamento da área protegida possuem os conhecimentos e habilidades necessários?	
Esta pergunta aborda se há as habilidades necessárias para administrar o site de forma eficaz. As respostas podem identificar onde são necessários programas de treinamento que podem ser observados nas ações para melhorar o campo de gestão.	

	Os conhecimentos e habilidades necessários para administrar a área protegida são completamente inadequados.
	Os conhecimentos e habilidades são baixos em relação às necessidades da área protegida.
	Os conhecimentos e habilidades são adequados, mas poderiam ser melhorados para atender plenamente às necessidades de gestão.
	Os conhecimentos e habilidades estão alinhados com as necessidades de gestão da área protegida.

12

Is the current budget sufficient?	
O orçamento atual é suficiente?	

Esta pergunta diz respeito ao montante total do orçamento, e não à segurança orçamentária, abordada na pergunta seguinte (13). É importante responder a esta pergunta em termos de quanto orçamento é necessário para cumprir o plano de gestão e os objetivos do local, e não apenas o cumprimento do plano de trabalho anual. A avaliação deve considerar todo o orçamento disponível no momento, incluindo os fundos do projeto e o apoio dos doadores.

	Não há orçamento disponível para a gestão
	O orçamento disponível é inadequado para a gestão básica.
	O orçamento disponível é aceitável, mas poderia ser aumentado para atender plenamente às necessidades de gestão.
	O orçamento disponível é suficiente e atende a todas as necessidades de gestão da área protegida.

13

Is the budget secure?

O orçamento é estável?

A principal questão aqui é se o orçamento depende de financiamento intermitente do projeto ou se há uma chance razoável de ser mantido ao longo do tempo - por exemplo, porque é uma parte central do orçamento do governo, ou mantido através de uma organização privada, comunidade, ou se tem custos baixos e forte apoio voluntário.

	Não há orçamento estável para a área protegida e a gestão é totalmente dependente de financiamento externo ou altamente variável.
	Há muito pouco orçamento estável e a área protegida não poderia atender suas necessidades de gestão sem financiamento externo.
	Existe um orçamento central razoavelmente estável para as necessidades de gestão da área protegida, mas muitas inovações e iniciativas dependem de financiamento externo.

	Há um orçamento estável para a área protegida e suas necessidades de gestão.
--	------------------------------------------------------------------------------

14

Is the budget managed to ensure effective administration of the protected area?
---------------------------------------------------------------------------------

O orçamento é gerenciado para garantir uma administração eficaz da área protegida?
------------------------------------------------------------------------------------

Esta pergunta avalia se os gastos orçamentários são devidamente planejados e monitorados ao longo do ano ou se há gastos a mais ou a menos? Considerar se as contas são publicadas anualmente e auditadas.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	A gestão orçamentária é muito pobre e prejudica significativamente a gestão.
	A gestão orçamentária é deficiente e limita a gestão.
	A gestão do orçamento é adequada, mas poderia ser melhorada.
	A gestão do orçamento é excelente.

15

Are equipment and facilities sufficient for management needs?
---------------------------------------------------------------

Os equipamentos e instalações são suficientes para as necessidades de gerenciamento?
--------------------------------------------------------------------------------------

Isto poderia incluir equipamentos como veículos, sistemas de comunicação, ferramentas, uniformes e materiais contribuintes, como combustível. As instalações podem ser edifícios e outras infra-estruturas importantes que são necessárias para administrar a área protegida, como postos de guarda, escritórios, etc.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Existem pouco ou nenhum equipamento e instalações para as necessidades de gestão.
--	-----------------------------------------------------------------------------------

	Existem alguns equipamentos e instalações, mas estes são inadequados para a maioria das necessidades de gestão.
	Existem equipamentos e instalações, mas ainda algumas lacunas que limitam a gestão.
	Existem equipamentos e instalações adequados.

16

Can staff (i.e. those with responsibility for managing the site) enforce protected area legislation and regulation?	
O pessoal (ou seja, os responsáveis pelo gerenciamento do local) pode fazer cumprir a legislação e a regulamentação das áreas protegidas?	
Questões a serem consideradas incluem capacidade pessoal (treinamento, habilidades) e suficiência de equipamentos e infra-estrutura (veículos, rotas de acesso a áreas remotas, etc.), e inclui uma avaliação sobre se o pessoal está familiarizado com leis, regulamentos e exigências de processo judicial. O "pessoal" diz respeito tanto àqueles formalmente empregados quanto aos responsáveis pela administração em outros tipos de governança.	

	O pessoal não tem capacidade/recursos/autoridade efetiva para fazer cumprir a legislação e os regulamentos das áreas protegidas.
	Há grandes deficiências na capacidade/recursos/ autoridade do pessoal para fazer cumprir a legislação e os regulamentos das áreas protegidas.
	O pessoal tem capacidade/recursos/ autoridade aceitável para fazer cumprir a legislação e os regulamentos das áreas protegidas, mas algumas deficiências permanecem.
	O pessoal tem excelente capacidade/recursos/ autoridade para fazer cumprir a legislação e os regulamentos das áreas protegidas.

17

Are systems (e.g. patrols, permits, intelligence gathering etc) in place to control access/resource use in the protected area?

Existem sistemas (por exemplo, patrulhas, permissões, coleta de informações, etc.) para controlar o acesso/utilização de recursos na área protegida?

A questão se concentra particularmente na aplicação da lei, e será aplicável em locais onde há pressão da caça furtiva, invasões, mineração ilegal, etc. Em áreas protegidas sem tais pressões, a designação e o gerenciamento podem ser julgados "em grande parte ou totalmente eficazes". Trata-se menos de capacidade e recursos para aplicação da lei (já abordado na pergunta 16) e mais voltado para se esta capacidade está sendo utilizada de forma eficaz.

	Os sistemas de proteção não existem ou não são eficazes para controlar o acesso/utilização de recursos, mas são necessários.
	Os sistemas de proteção são apenas parcialmente eficazes no controle de acesso/utilização de recursos.
	Os sistemas de proteção são moderadamente eficazes no controle de acesso/utilização de recursos.
	Os sistemas de proteção são amplamente ou totalmente eficazes no controle de acesso/utilização de recursos.

18

Do protected area staff have safe working conditions and does management prioritise safety?

O pessoal da área protegida tem condições de trabalho seguras e a gerência prioriza a segurança?

Esta pergunta avalia se a segurança do pessoal é considerada na administração, incluindo a mitigação de ameaças sempre que possível (por exemplo, equipamento adequado, treinamento, etc.) e a prestação de apoio para minimizar os impactos quando a segurança do pessoal é afetada (por exemplo, seguro médico e de vida, etc.).

	A segurança do pessoal está seriamente comprometida devido à falta de medidas eficazes para mitigar as ameaças e proporcionar um ambiente de trabalho seguro.
	A segurança do pessoal é precária devido à falta de medidas eficazes para mitigar as ameaças e/ou falta de apoio para proporcionar um ambiente de trabalho
	seguro.
	A segurança do pessoal é uma consideração importante para os gerentes de áreas protegidas e são tomadas medidas para mitigar as ameaças e proporcionar um ambiente de trabalho seguro, mas podem ser feitas melhorias.
	A segurança do pessoal é uma consideração importante para os gerentes de áreas protegidas e todas as medidas razoáveis são tomadas para mitigar as ameaças e fornecer apoio para minimizar os impactos.

19

Is there a programme of management-orientated survey and research work?
Existe um programa de levantamento e pesquisa orientado para a gestão?
Isto inclui tanto o trabalho de pesquisa realizado pela própria área protegida, mas mais geralmente por associados, voluntários, estudantes, cientistas cidadãos e acadêmicos. O monitoramento e a avaliação são abordados em outra pergunta (20); aqui a ênfase está em projetos particulares de pesquisa que podem ajudar a entender e, portanto, gerenciar melhor o local. A presença de pesquisadores não é suficiente para evocar a pontuação máxima, mas somente se a pesquisa for devidamente integrada às necessidades de gerenciamento da área protegida.

	Não há nenhum trabalho de pesquisa ou pesquisa sendo realizado na área protegida.
	Há um pequeno trabalho de pesquisa e pesquisa, mas não é direcionado para as necessidades de gestão de áreas protegidas.
	Há um considerável trabalho de pesquisa e levantamento, mas é apenas parcialmente direcionado para as necessidades de gestão de áreas protegidas.

	Há um programa abrangente e integrado de pesquisa e levantamento, que é relevante para as necessidades de gestão.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

20

Are management activities regularly monitored, evaluated and adapted?	
As atividades de gestão são monitoradas, avaliadas e adaptadas regularmente?	
Esta pergunta aborda tanto o monitoramento quanto a avaliação das atividades de gestão da área protegida que avaliam a condição dos principais valores e ameaças dela. Na seção de provas e justificativas, seria útil listar o que é monitorado e com que frequência. Como na pesquisa, a ênfase está em integrar adequadamente os resultados no gerenciamento da área protegida.	

	Não há monitoramento e avaliação na área protegida.
	Há algum monitoramento e avaliação ad hoc do desempenho das atividades de gestão, mas nenhum sistema e/ou coleta regular de resultados.
	Existe um sistema acordado e implementado de monitoramento e avaliação do desempenho das atividades de gestão, mas os resultados não retroalimentam a gestão.
	Existe um bom sistema de monitoramento e avaliação do desempenho das atividades de gestão, é bem implementado e os resultados são utilizados regularmente para adaptar e melhorar as atividades de gestão.

21

Is active resource management being undertaken?	
A gestão ativa de recursos está sendo realizada?	



A gestão aqui se refere a atividades além da aplicação necessária para assegurar a conservação efetiva de habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais. Pode incluir restauração e criação de habitat, controle de incêndios, monitoramento do número de populações, cercas quando necessário e o controle de espécies invasoras. Onde a extração sustentável de recursos é permitida, o manejo incluirá o monitoramento desses recursos, possivelmente a introdução de zoneamento temporário, etc. O gerenciamento também inclui passos ativos para proteger locais cultural e espiritualmente importantes.

	O gerenciamento ativo de recursos de habitats, espécies, processos ecológicos e valores culturais críticos não está sendo realizado, mas é necessário.
	Muito poucos dos requisitos para o manejo ativo de habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais estão sendo implementados
	Muitos dos requisitos para o manejo ativo de habitats críticos, espécies, processos ecológicos e valores culturais estão sendo implementados, mas algumas questões-chave não estão sendo abordadas.
	Os requisitos para o gerenciamento ativo de habitats, espécies, processos ecológicos e valores culturais críticos estão sendo implementados de forma substancial ou completa.

22

Is the protected area consciously managed to adapt to climate change?	
A área protegida é conscientemente gerenciada para se adaptar à mudança climática?	
Esta pergunta se concentra nas adaptações de gestão às mudanças climáticas previstas, e como estas já estão sendo implementadas. Adaptação à mudança climática significa reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos contra os efeitos reais ou esperados da mudança climática.	

	Não tem havido esforços para considerar a adaptação à mudança climática na gestão.
	Algumas reflexões iniciais ocorreram sobre os prováveis impactos da mudança climática, mas isso ainda não foi traduzido em planos de gestão.

	Foram elaborados planos limitados sobre como adaptar a gestão à mudança climática prevista, que pode ou não ser implementada.
	Foram elaborados planos detalhados sobre como adaptar a gestão à mudança climática prevista, e estes já estão sendo implementados.

23

Is the protected area being consciously managed to prevent carbon loss and to encourage further carbon capture?

A área protegida está sendo administrada conscientemente para evitar a perda de carbono e incentivar sua captura?

Captura e armazenamento de carbono descrevem o processo de captura e armazenamento do dióxido de carbono antes de ser liberado na atmosfera. Os métodos para "prevenir a perda de carbono" em áreas protegidas dependerão dos ecossistemas que estão sendo gerenciados e podem variar desde a redução do desmatamento e outras perdas de vegetação natural, prevenção de incêndios, manutenção de regimes naturais de água, etc. A captura de carbono também pode ser melhorada, quando apropriado, através da restauração do ecossistema ou outro gerenciamento de habitat que aumente o armazenamento de carbono na vegetação em pé ou no solo.

	O armazenamento de carbono e a captura de dióxido de carbono não foram considerados na gestão da área protegida.
	O armazenamento de carbono e a captura de dióxido de carbono foram considerados em termos gerais, mas ainda não se refletiram significativamente na gestão.
	Existem medidas ativas para reduzir a perda de carbono da área protegida, mas nenhuma medida consciente para aumentar a captura de dióxido de carbono.
	Existem medidas ativas para reduzir a perda de carbono da área protegida e para aumentar a captura de dióxido de carbono.

24

Does management consider ecosystem service provision?
A administração considera a prestação de serviços ecossistêmicos?
A administração considera a prestação de serviços ecossistêmicos? Isto investiga se os serviços ecossistêmicos existentes ou potenciais são mesmo conhecidos e, em caso afirmativo, se alguns ou todos eles estão sendo administrados. Como esta é potencialmente uma pergunta interminável, sugere-se que as respostas se concentrem nos principais
serviços ecossistêmicos já identificados na seção de atributos. Considerando que esta ainda é uma questão bastante nova para muitos administradores de áreas protegidas, a seção Ações para melhorar o manejo deve ser bastante específica sobre as ações e próximos passos.

	Os serviços ecossistêmicos prestados pela área protegida não são compreendidos.
	Os serviços ecossistêmicos prestados pela área protegida são compreendidos, mas nenhuma ação de gerenciamento necessária para garantir a continuidade de sua prestação foi tomada.
	Os serviços ecossistêmicos prestados pela área protegida são compreendidos e algumas ações de gerenciamento necessárias para garantir a continuidade de sua prestação foram tomadas.
	Os serviços ecossistêmicos prestados pela área protegida são compreendidos e todas as ações de gerenciamento necessárias para garantir a continuidade de sua prestação foram tomadas.

25

Is there a planned education and awareness programme linked to the objectives and needs?
Existe um programa de educação e conscientização planejado, vinculado aos objetivos e necessidades?

esta pergunta abrange a educação tanto para estabelecimentos de ensino, tais como programas escolares, como a oferta de oportunidades educacionais mais gerais para comunidades locais ou visitantes recreativos. É preciso considerar o que é apropriado, dependendo da localização e do contexto da área protegida.

	Não há programa de educação e conscientização.
	Há um programa limitado e ad hoc de educação e conscientização.
	Há um programa de educação e conscientização, mas ele só atende parcialmente
	às necessidades de gestão e poderia ser melhorado.
	Há um programa de educação e conscientização apropriado e eficaz

26

Is there co-operation with neighbouring land/sea State and commercial users?	
Existe cooperação com os vizinhos terrestres/marinhos e usuários comerciais?	
<p>Seu objetivo é particularmente dirigido aos usuários de terra e água que se beneficiam ou impactam diretamente os ecossistemas dentro da área protegida: por exemplo, usuários de água (fornecedores de água mineral, abastecimento municipal de água, projetos hidrelétricos); mas também fazendeiros, empresas florestais e aqueles envolvidos em indústrias extrativas. Note que os operadores turísticos são o assunto de sua própria pergunta (ver próxima pergunta). Esta pergunta tem como objetivo avaliar até que ponto uma área protegida coopera ou permanece isolada da economia mais ampla que a influencia. Ela não se dirige aos usuários de terras comunitárias locais, mas se concentra nos usuários de terras governamentais e nos grandes usuários de terras comerciais ou industriais. A questão pode estar relacionada à cooperação transfronteiriça, quando necessário.</p>	

	Há contato entre gerentes e os usuários comerciais vizinhos terrestres/marinhos, mas pouca ou nenhuma cooperação.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Há contato entre os gerentes e os usuários estatais e comerciais de terra/mar, mas apenas alguma cooperação.
	Há contato regular entre os gerentes e os usuários comerciais e estatais vizinhos, mas apenas alguma cooperação na gestão.
	Há contato regular entre os gerentes e os usuários comerciais e terrestres/marinhos vizinhos, e uma cooperação substancial na gestão.

27

Do commercial tour operators contribute to protected area management?

Os operadores turísticos comerciais contribuem para a gestão de áreas protegidas?

A presença de uma área protegida é um atrativo para os turistas e, portanto, um impulso para o comércio. Os operadores turísticos devem ser parceiros naturais de áreas protegidas, mas isso nem sempre acontece. Se esta questão gerar uma pontuação baixa, as ações para melhorar o campo de gestão poderiam identificar alguns dos autores chave com as quais seria importante conversar e desenvolver a cooperação.

	Há pouco ou nenhum contato entre gerentes e operadores turísticos que utilizam área protegida.
	Há contato entre gerentes e operadores turísticos, mas isso se limita em grande parte a questões administrativas ou regulatórias
	Há uma cooperação limitada entre gerentes e operadores turísticos para melhoras experiências dos visitantes e manter os valores da área protegida.
	Há uma boa cooperação entre gerentes e operadores turísticos para melhorar as experiências dos visitantes e manter os valores da área protegida.

28

If fees (i.e. entry fees or fines) are applied, do they help protected area management?

Se forem aplicadas taxas (isto é, taxas de entrada ou multas), elas ajudam a administração da área protegida?

Nem todas as áreas protegidas devem cobrar ou cobram taxas; esta pergunta não é aplicável nestes casos. Quando as taxas são uma parte esperada da gestão da área protegida, esta pergunta avalia se elas são usadas para ajudar a gestão ou simplesmente desaparecem no governo e não fornecem nenhum apoio à área protegida.

	Embora as taxas sejam teoricamente aplicadas, elas não são cobradas.
	As taxas são cobradas, mas não contribuem para a área protegida ou seus arredores.
	As taxas são cobradas e contribuem de alguma forma para a área protegida e seus arredores.
	As taxas são coletadas e contribuem substancialmente para a área protegida e seus arredores.

29

Are visitor facilities and services adequate?

As instalações e serviços para visitantes são adequados?

Nem todas as áreas protegidas precisam de instalações para visitantes; esta questão está sendo julgada em função da necessidade percebida. A questão da adequação e adequação é crítica, as áreas protegidas com baixa visitação não requerem extensas instalações para os visitantes. Esta pergunta deve se concentrar principalmente nas instalações dentro da área protegida, mas também pode considerar instalações imediatamente adjacentes às áreas protegidas onde estes impactos sobre a experiência do visitante diretamente.

	Não há instalações e serviços para visitantes, apesar de uma necessidade identificada
	As instalações e serviços dos visitantes são inadequados para os níveis atuais de visitação.

	As instalações e serviços dos visitantes são adequados para os níveis atuais de visitação, mas poderiam ser melhorados.
	As instalações e serviços para os visitantes são excelentes para os níveis atuais de visitação.

30

Are Indigenous people involved in management decisions?	
Os povos indígenas estão envolvidos nas decisões de gestão?	
Isto não será aplicável nos casos em que não há povos indígenas presentes. Observe que países diferentes utilizam uma série de termos para descrever tais culturas: minorias étnicas, povos tradicionais, etc. Considere tanto a consulta formal ou o contato menos formal ao julgar a resposta e considere a questão de governança e equidade. Se possível, seria útil discutir também com os povos indígenas e entender como eles se sentem incluídos.	

	Os povos indígenas têm alguma contribuição nas discussões relacionadas à gestão, mas não têm um papel direto na gestão.
	Os povos indígenas contribuem diretamente para algumas decisões relevantes relacionadas à gestão, mas seu envolvimento poderia ser melhorado.
	Os povos indígenas participam diretamente em todas as decisões relevantes relacionadas à gestão, por exemplo, a co-gestão.

31

Do local communities living in or near the protected area have input to management decisions?	
-----------------------------------------------------------------------------------------------	--

As comunidades locais que vivem na área protegida ou próximas a ela, têm contribuição para as decisões de gestão?

Isto avalia o nível de influência que as comunidades têm sobre a decisão geral: a mera consulta raramente é suficiente. "Decisões relevantes" refere-se a todas as decisões sobre aspectos da gestão que afetam as comunidades locais e seu relacionamento e interação com a área protegida.

	As comunidades locais não têm nenhuma contribuição nas decisões relativas à gestão da área protegida.
	As comunidades locais têm alguma contribuição para as discussões relacionadas à gestão, mas nenhum papel direto na gestão.
	As comunidades locais contribuem diretamente para algumas decisões relevantes relacionadas à gestão, mas seu envolvimento poderia ser melhorado.
	Local communities directly participate in all relevant decisions relating to management, e.g. co-management.

### 31.1

Additional points - Impact on communities/Indigenous people.

Pontos adicionais - Impacto nas comunidades/povos indígenas.

Estas perguntas adicionais identificam outros elementos importantes em relação à gestão de áreas protegidas, comunidades locais e povos indígenas. Todas estas perguntas adicionais devem ser consideradas durante a avaliação. Se a área estiver de acordo com a pergunta que está sendo feita, acrescente uma marca na caixa ao lado da pergunta.

	Há uma comunicação aberta e confiança entre os povos locais e/ou indígenas, partes interessadas e gerentes de áreas protegidas
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



	Programas para melhorar o bem-estar das comunidades locais e/ou dos povos indígenas, coerentes com a conservação dos valores das áreas protegidas, estão sendo implementados.
	As comunidades locais e/ou povos indígenas apóiam ativamente a área protegida.

32

Is the protected area providing sustained livelihood benefits to local communities and/or Indigenous people?

A área protegida está proporcionando benefícios sustentados para as comunidades locais e/ou povos indígenas?

Esta pergunta é dirigida explicitamente às comunidades locais. Os benefícios podem incluir empregos diretos, pagamento por esquemas de Serviços de Ecossistema, benefícios indiretos do aumento do turismo ou das vendas aos visitantes, e outras opções, tais como orientação. Para pontuar 3 neste indicador, a atividade econômica associada à área protegida deve ser um contribuinte substancial para a economia local. Este indicador se refere apenas aos benefícios econômicos decorrentes de atividades legais ou sancionadas que não impactam os objetivos de conservação das áreas protegidas e não aqueles decorrentes de atividades ilegais.

	A área protegida não oferece nenhum benefício substancial às comunidades locais/povos indígenas.
	Existem benefícios para as comunidades locais/povos indígenas da área protegida, mas não são contribuintes significativos para a subsistência.
	Os benefícios para as comunidades locais/povos indígenas da área protegida fazem uma contribuição moderada para a subsistência.
	Há um grande fluxo de benefícios de subsistência sustentada da área protegida para as comunidades locais/povos indígenas.

33

Are the threats to the main values of the protected area being effectively addressed?
As ameaças aos principais valores da área protegida estão sendo efetivamente enfrentadas?
Isto deve considerar as ameaças identificadas na avaliação de ameaças como tendo a maior extensão e severidade. O foco está então em como as ameaças identificadas estão sendo gerenciadas. Sugerimos a pontuação B se apenas algumas ameaças foram tratadas ou se as ameaças foram tratadas apenas parcialmente, um C se a maioria das ameaças foi tratada e um D se todas as ameaças foram tratadas..

	As ameaças aos principais valores não estão sendo abordadas pela gerência.
	A gestão das ameaças aos principais valores está sendo conduzida apenas a um
	nível mínimo.
	A maioria das ameaças significativas aos principais valores estão sendo substancialmente abordadas pela gerência.
	As ameaças aos principais valores estão sendo abordadas de forma abrangente pela gerência.

34

Have the requirements for functional connectivity have been assessed and implemented?
Os requisitos de conectividade funcional foram avaliados e implementados?
áreas protegidas permanecem vulneráveis se as espécies que elas contêm forem geneticamente isoladas e a área protegida agir como uma ilha. Esta questão se concentra na conectividade funcional da área protegida, abordando suas ligações diretas com outros ecossistemas naturais, uso de corredores biológicos, etc. Esta questão também pode não ser aplicável para alguns locais (por exemplo, ilhas remotas no mar, protegidas devido à flora e fauna únicas, ou micro-reservas estabelecidas para proteger determinados parentesselvagens de culturas).

	Os requisitos de conectividade funcional não foram avaliados ou considerados.
	Os requisitos de conectividade funcional foram avaliados, mas as ações necessárias não foram tomadas
	Os requisitos de conectividade funcional foram avaliados e algumas ações foram tomadas, mas não o suficiente para alcançar a conectividade funcional.
	Os requisitos de conectividade funcional foram avaliados e as ações necessárias foram tomadas para alcançar a conectividade funcional.

35

What is the condition of the important natural values of the protected area as compared to when it was first designated?

Qual é a condição dos importantes valores naturais da área protegida em comparação com quando ela foi designada pela primeira vez?

Considere os valores especificados na folha de dados Atributos da Área Protegida e qualquer informação sobre status e tendência na folha de Avaliação Detalhada de Valores. A avaliação aqui deve ser um resumo geral dos principais valores da área protegida.

	Muitos valores naturais importantes estão sendo severamente degradados.
	Alguns valores naturais estão sendo severamente degradados.
	Alguns valores naturais estão sendo parcialmente degradados, mas os valores mais importantes não foram significativamente afetados.
	Os valores naturais são predominantemente intactos.

35.1

Additional points - Condition of natural values	
Pontos adicionais - Condição dos valores naturais	
<p>Ajuda para responder: estas perguntas adicionais identificam outros elementos importantes em relação ao manejo de áreas protegidas e valores naturais. Todas estas perguntas adicionais devem ser consideradas durante a avaliação. Se a área estiver de acordo com a pergunta que está sendo feita, acrescente uma marca na caixa ao lado da pergunta. Observe que o monitoramento pode ser realizado por guardas-florestais (por exemplo, como parte do monitoramento SMART), por cientistas pesquisadores que vêm e fazem contagens periódicas, por cientistas cidadãos voluntários ou por comunidades locais. Programas de gerenciamento implicam algo mais do que o gerenciamento diário, tais como programas de restauração, erradicação de espécies invasivas, criação de habitat ou esforços especiais para reduzir as ameaças de caça furtiva. Algumas ameaças e pressões de longa duração precisam ser tratadas como parte rotineira do gerenciamento, tais como controles contra a caça furtiva, remoção regular de espécies invasivas ou fornecimento sazonal de água suplementar. A questão implica que a ação de manejo é um passo deliberado para enfrentar uma ameaça real ou potencial.</p>	
	A avaliação da condição dos valores naturais é baseada em pesquisa e/ou monitoramento.
	Programas específicos de gestão estão sendo implementados para enfrentar as ameaças aos valores naturais.
	Atividades para manter os valores naturais são uma parte rotineira da gestão de áreas protegidas.

36

What is the condition of the important cultural values of the protected area as compared to when it was first designated?
Qual é a condição dos importantes valores culturais da área protegida em comparação com quando ela foi designada pela primeira vez?

Muitas áreas protegidas contêm importantes valores culturais: sítios naturais sagrados, rotas de peregrinação, edifícios históricos, restos arqueológicos, etc. Os administradores das áreas protegidas são geralmente, pelo menos em parte, responsáveis pela manutenção destas; no caso de algumas áreas privadas protegidas ou ICCAs, estes podem ser os principais valores que estimulam a proteção.

	Muitos valores culturais importantes estão sendo gravemente degradados.
	Alguns valores culturais estão sendo severamente degradados.
	Alguns valores culturais estão sendo parcialmente degradados, mas os valores mais importantes não foram significativamente afetados.
	Os valores culturais são predominantemente intactos.

### 36.1

Additional points - Condition of cultural values.

Pontos adicionais - Condição dos valores culturais.

Ajuda para responder: estas perguntas adicionais identificam outros elementos importantes em relação à gestão de áreas protegidas e valores culturais. Todas estas perguntas adicionais devem ser consideradas durante a avaliação. Se a área estiver de acordo com a pergunta que está sendo feita, acrescente uma marca na caixa ao lado da pergunta. É provável que o monitoramento seja menos formal do que o monitoramento de valores naturais, mas implica que algum monitoramento regular está ocorrendo; por exemplo, que os guardas-florestais verificam regularmente se os sítios históricos ou culturais não estão danificados e - quando apropriado - se há contato regular com instituições ou comunidades que estão interessadas nesses sítios. Programas particulares de manejo a frio incluem questões como cercas de restos arqueológicos, reparos de trilhos antigos ou restauração de manejo de bosques tradicionais. O gerenciamento de rotina poderia incluir o trabalho com comunidades locais para garantir que os locais naturais sagrados permaneçam intactos, áreas de zoneamento para evitar danos aos visitantes a restos históricos ou pré-históricos ou manutenção regular dos sistemas de gerenciamento tradicionais.

	A avaliação da condição dos valores culturais é baseada em pesquisa e/ou monitoramento.
	Programas específicos de gestão estão sendo implementados para enfrentar as ameaças aos valores culturais.
	Atividades para manter os valores culturais são uma parte rotineira da gestão de áreas protegidas.

37

Has the status of key indicator species changed over the last 5 years?
O status das principais espécies indicadoras mudou nos últimos 5 anos?
Esta é uma das questões-chave para descobrir o quão bem a área protegida está se saindo. Se sua área protegida implementa um protocolo de monitoramento para medir regularmente a condição das espécies indicadoras chave usando indicadores específicos e limiares definidos, as conclusões de suas atividades de monitoramento ajudarão a responder a esta pergunta. Você deve considerar os resultados da avaliação detalhada das espécies da folha de trabalho anterior onde esta foi preenchida. Na ausência desta avaliação detalhada, devido à falta de dados sobre espécies individuais.

	O status de conservação das espécies indicadoras chave é indesejável e piorou nos últimos cinco anos.
	O status de conservação das espécies indicadoras chave é indesejável e tem permanecido inalterado nos últimos cinco anos.
	O status de conservação das espécies indicadoras chave é indesejável, mas tem melhorado nos últimos cinco anos.
	O status de conservação das espécies indicadoras chave é desejável ou melhorou significativamente nos últimos cinco anos.

38

Has the status of habitats changed over the last 5 years?
A situação dos habitats mudou nos últimos 5 anos?
Esta pergunta focaliza a situação dos habitats dentro da área protegida nos últimos cinco anos anteriores à data da avaliação. Se sua área protegida implementar um protocolo de monitoramento para medir regularmente a condição dos habitats usando indicadores específicos e limiares definidos, as conclusões de suas atividades de monitoramento ajudarão a responder a esta pergunta. Sugerimos a pontuação C nos casos em que alguns mas não todos os habitats tenham melhorado substancialmente.

	O estado de conservação dos habitats é indesejável e tem piorado nos últimos cinco anos.
	O status de conservação dos habitats é indesejável e tem permanecido inalterado nos últimos cinco anos.
	O status de conservação dos habitats é indesejável, mas melhorou nos últimos cinco anos.
	O estado de conservação dos habitats é desejável ou melhorou significativamente nos últimos cinco anos.